

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO ORGANIZACIONAL**

ALINE BERNARDES COMISSÁRIO

**QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL:
ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS**

UBERLÂNDIA
2023

ALINE BERNARDES COMISSÁRIO

**QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL:
ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Gestão Organizacional da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a conclusão do curso.

Orientação: Prof. Dr. Vinicius Silva Pereira

Linha de Pesquisa: Gestão Pública

UBERLÂNDIA
2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

C733
2023
Comissário, Aline Bernardes, 1979-
QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL [recurso eletrônico]
: ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS DOS MUNICÍPIOS DE MINAS
GERAIS / Aline Bernardes Comissário. - 2023.

Orientador: Vinícius Silva Pereira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Gestão Organizacional.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.498>
Inclui bibliografia.

1. Administração. I. Pereira, Vinícius Silva, 1982-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em Gestão Organizacional. III. Título.

CDU: 658

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 5M, Sala 108 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4525 - www.ppggo.fagen.ufu.br - ppggo@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Gestão Organizacional				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Profissional, 98, PPGGO				
Data:	Vinte e três de agosto de dois mil e vinte e três	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:00
Matrícula do Discente:	12112GOM013				
Nome do Discente:	Aline Bernardes Comissário				
Título do Trabalho:	QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS				
Área de concentração:	Gestão Organizacional				
Linha de pesquisa:	Gestão Pública				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	-				

Reuniu-se, por meio de webconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Gestão Organizacional, assim composta: Professores Doutores: Marcelo Fodra (UFU), Daniela Rosim (UFG) e Vinícius Silva Pereira (UFU), orientador da candidata.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Vinícius Silva Pereira, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius Silva Pereira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/08/2023, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Fodra, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/08/2023, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Rosim, Usuário Externo**, em 28/08/2023, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4698485** e o código CRC **07B42D3D**.

AGRADECIMENTOS

À Deus por sempre ter guiado meus passos nessa caminhada em busca do conhecimento.

À minha mãe que nunca me deixou desistir e sempre me incentivou: “Se não sabe, aprende, ninguém nasceu sabendo.”

Ao meu namorado (Jaci) que me apoiou e teve paciência nas minhas ausências.

Aos meus irmãos pelo incentivo.

Ao Prof. Dr. José Fernandes que me fez acreditar na minha capacidade.

Ao meu orientador Prof. Dr. Vinicius que me deu o apoio e a orientação necessária para a conclusão deste trabalho.

Ao Prof. Marcelo Fodra que fez toda diferença nos momentos finais deste trabalho.

Aos professores e alunos do programa de mestrado da FAGEN que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão da pesquisa.

Aos membros da banca avaliadora pelas contribuições

À todos meus amigos e colegas de trabalho que me apoiaram e me incentivaram.

À toda minha família pela compreensão nas minhas ausências.

E em especial ao meu pai, que mesmo ausente, se faz presente todos os dias da minha vida apenas por um dia ter existido.

Dedico este trabalho aos meus pais que me ensinaram os primeiros passos e me incentivaram na eterna busca pelo conhecimento

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar a qualidade da informação dos demonstrativos contábeis das prefeituras municipais de Minas Gerais através da criação do Índice de Qualidade da Informação Contábil (IQIC), com base no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), nos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) estabelecidos pela Portaria 548/2015 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Primeiramente o estudo contou com o suporte teórico da Teoria Institucional. Em seguida, trouxe os principais acontecimentos que culminaram na convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Pública e as mudanças trazidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Ao apresentar o panorama do processo brasileiro, o estudo desenvolve uma linha temporal com os principais normativos sobre o tema, e ratifica os achados de estudos anteriores. Depois apresentou-se os estudos anteriores relevantes sobre o tema qualidade da informação contábil. Para encontrar o nível de qualidade da informação contábil dos municípios mineiros foi criado o Índice de Qualidade da Informação Contábil (IQIC) e realizada uma pesquisa documental com caráter exploratório e descritivo com os 853 municípios de Minas Gerais, com dados extraídos do Siconfi. Por fim, foi as análises dos dados onde foi possível quantificar as inconsistências mais frequentes, as práticas ainda não adotadas e concluir como anda a qualidade da informação prestada a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a população em geral.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade da Informação; Prestação de Contas; Contabilidade Pública.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the quality of information in the accounting statements of municipal governments in Minas Gerais through the creation of the Accounting Information Quality Index (IQIC), based on the Accounting Manual Applied to the Public Sector (MCASP), in the Accounting Procedures Asset Management (PCP) established by Ordinance 548/2015 and the Brazilian Accounting Standards Applied to the Public Sector (NBCASP). Firstly, the study had the theoretical support of Institutional Theory. Then, it brought the main events that culminated in the convergence to International Public Accounting Standards and the changes brought about by Brazilian Accounting Standards Applied to the Public Sector. By presenting an overview of the Brazilian process, the study develops a timeline with the main regulations on the topic, and ratifies the findings of previous studies. Then, relevant previous studies on the topic of accounting information quality were presented. To find the level of quality of accounting information in the municipalities of Minas Gerais, the Accounting Information Quality Index (IQIC) was created and documentary research was carried out with an exploratory and descriptive nature with the 853 municipalities of Minas Gerais, with data extracted from Siconfi. Finally, it was the data analysis where it was possible to quantify the most frequent inconsistencies, practices not yet adopted and conclude how the quality of information provided to the National Treasury Secretariat (STN) and the population in general is progressing.

KEYWORDS: Information Quality; Accountability; Public Accounting.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Portal Siconfi.....	41
Figura 2 - Mesorregiões de Minas Gerais	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Histograma do IQIC.....	52
Gráfico 2 - Análise por indicador.....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatística descritiva populacional	42
Tabela 2 – Estatística Descritiva do IQIC	51
Tabela 3- Estatística Descritiva das Mesorregiões de MG.....	55
Tabela 4- Matriz de Correlações das Variáveis Independentes.....	57
Tabela 5- Matriz de Correlações das Variáveis Independentes.....	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Preditores de mudança isomórfica	22
Quadro 2- Cronologia da evolução da Contabilidade	24
Quadro 3- NBC TSP vigentes	30
Quadro 4 – Resumo com os prazos obrigatórios para implantação dos PCPs	32
Quadro 5 - Características Qualitativas da Informação Contábil	35
Quadro 6 – Classificação das irregularidades conforme as finalidades do Controle Interno Contábil	36
Quadro 7- Dimensões do Ranking STN	37
Quadro 8– Checklist de avaliação dos Municípios	43
Quadro 9- Contas do PCASP avaliadas.....	44
Quadro 10 – Variáveis Analisadas	48
Quadro 11– Matriz de amarração	49
Quadro 12 - Contas do PCASP avaliadas.....	94
Quadro 13- Quadro de apuração da pontuação dos municípios	95

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BP – Balanço Patrimonial

BSPN – Balanço do Setor Público Nacional

CASP – Contabilidade Aplicada ao Setor Público

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

DCASP – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público

FASB - *Financial Accounting Standards Board*

FMI – Fundo Monetário Internacional

IASB - *International Accounting Standards Board*

IASC - *International Accounting Standards Committee*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFAC - *International Federation of Accountants*

IQIC – Índice de Qualidade da Informação Contábil

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000)

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público

MDF - Manual de Demonstrativos Fiscais

MG – Minas Gerais

MSC – Matriz de Saldos Contábeis

NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

PICPC – Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

Siconfi – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TCE – Tribunal de Contas do Estado

TCE MG – Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. Problema de Pesquisa	14
1.2. Objetivos	14
1.3. Justificativa e contribuição	14
1.4. Estrutura do trabalho	16
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 Teoria institucional	18
2.2 Reforma Contábil.....	22
2.3 Principais mudanças na contabilidade pública	27
2.4 Normatização da CASP	29
2.5 Qualidade da informação	33
2.6 Estudos anteriores	37
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
3.1 Classificação da Pesquisa	40
3.2 Coleta de dados	41
3.3 Características dos dados	42
3.4 Índice de qualidade da informação contábil	42
3.5 Matriz de amarração	49
3.6 Técnicas de análise dos dados.....	50
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	51
4.1. Estatística Descritiva.....	51
4.2. Análise de Correlação	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	63
Apêndice A: IQIC, população e receita arrecadada dos municípios de Minas Gerais	73
Apêndice B - Produto Tecnológico.....	93

1. INTRODUÇÃO

A economia mundial tem vivenciado um intenso processo de globalização, com economias interligadas onde investidores brasileiros e estrangeiros investem em empresas nacionais e estrangeiras (Silva Filho et al., 2019).

Por essa razão, surgiu a necessidade da utilização de uma linguagem única que permitisse compreender os balanços patrimoniais e demais atividades contábeis com facilidade, possibilitando uma melhor comparação, evidenciando a situação financeira e patrimonial para a tomada de decisões (Oliveira, 2022; Silva Filho et al., 2019).

Para Oulasvirta (2014) a comparabilidade entre países das demonstrações financeiras do setor público é fruto das Normas Internacionais de Contabilidade Pública. Neste sentido, Santos e Almeida (2012) cita a globalização, o desenvolvimento tecnológico e o mercado de capitais como os fatores determinantes para a discussão do processo de convergência as normas internacionais.

A busca pela padronização se inicia nos Estados Unidos em 1973, com a criação do Comitê Contábil FASB (*Financial Accounting Standards Board*) cujo intuito foi padronizar os procedimentos da contabilidade financeira de empresas não governamentais cotadas na bolsa de valores. No mesmo ano, foi criada a IASC (*International Accounting Standards Committee*), uma organização sem fins lucrativos que tinha como objetivo formular e publicar as normas contábeis internacionais aceitas mundialmente. Mais tarde, no ano de 2001, o IASB (*International Accounting Standards Board*) foi criado para assumir as responsabilidades técnicas da IASC e melhorar as normas internacionais emitidas (Castro, 2016).

Segundo Castro (2016) os pronunciamentos contábeis IFRS (*International Financial Reporting Standards*) emitidos pela IASB buscaram uniformizar os procedimentos contábeis e as políticas existentes nos diversos países, melhorando a estrutura conceitual e proporcionando a análise e interpretação das demonstrações financeiras.

O IFAC (*International Federation of Accountants*) foi criado em 1977 com atribuições semelhantes ao IASB, responsável por emitir pronunciamentos contábeis aplicados ao setor público, além de fortalecer a profissão contábil em todo o mundo (Castro, 2016; Gama; Duque; Almeida, 2014). O IFAC produz “normas profissionais internacionais referentes a auditoria, asseguração, ética, educação e normas para a elaboração de demonstrações contábeis para os setores público e privado” (Gama; Duque; Almeida, 2014).

No Brasil, segundo Freire et al. (2012), a prática contábil se mantinha sob a influência da legislação fiscal e o processo de convergência às normas internacionais iniciou-se no setor privado com as alterações da Lei das Sociedades Anônimas (1976) promovidas pela Lei nº 11.638 (2007) e pela Lei nº 11.941 (2009).

Paralelamente, a contabilidade pública brasileira sempre pautada pela Lei Federal nº 4.320 (1964), buscou através de uma sequência de ações promovidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a convergência às normas internacionais (Moura et al., 2021; CFC, 2021).

Frente a essas mudanças, a STN procurou normatizar a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). Em 2007, publicou a Portaria n.º 136 que para Gama, Duque e Almeida (2014) foi considerado o marco brasileiro de avanços na Contabilidade Pública; e através da Portaria nº 634 (2013) reuniu o arcabouço de padronização conceitual, definindo prazos e tornando claro o processo de convergência. Ademais, em 2008 foi publicado o primeiro Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP).

O modelo internacional de contabilidade foi adotado pelo governo brasileiro de maneira obrigatória para a União, os estados e municípios após a discussão e aceitação por parte dos órgãos de controle, segundo Gama et al (2014).

Essa busca pela padronização através da normatização é explicada segundo Oularvista (2014) pela teoria institucional que elucida que as organizações estão sob pressão e influência para adotar as práticas que são consideradas adequadas.

Contudo para Monteiro e Pinho (2017) as normas contábeis não são suficientes para a implantação de mudanças nas organizações, há outros fatores que contribuem no processo de mudança.

A estrutura regulatória é baseada na conformidade da legitimidade da organização com os instrumentos legais, e essa estrutura tem como foco a análise de valores e normas, como elementos institucionais que fornecem aspectos estabelecidos e avaliativos que são obrigatórios em contextos sociais e organizacionais (Barbosa Neto; Colauto, 2010; apud SCOTT, 2001).

Alguns países buscando melhorar a qualidade da informação contábil e diminuir a assimetria nos relatórios financeiros, exigem ou concordam com a utilização das normas internacionais nas demonstrações contábeis (Rodrigues; Niyama, 2018)

Neste sentido, o foco deste estudo é identificar o nível da qualidade da informação contábil dos municípios mineiros. Conforme preconiza a teoria institucional, as normas por si só não são suficientes para a implantação ou não de mudanças nas organizações, há outros

fatores que contribuem no processo de mudança (Monteiro; Pinho, 2017). Sendo assim, a pesquisa irá identificar os fatores que influenciam no nível de qualidade da informação dos municípios.

1.1. Problema de Pesquisa

Diante do exposto, essa pesquisa apresenta a seguinte indagação: qual o nível de qualidade dos demonstrativos contábeis dos municípios mineiros e quais os fatores que influenciam?

1.2. Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é desenvolver a partir da literatura um indicador que apresente o nível de qualidade dos demonstrativos contábeis dos municípios mineiros e identificar a partir deste indicador os fatores que mais contribuem para explicar os níveis de qualidade encontrados.

Para atendimento do objetivo geral, faz-se necessário atingir os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar as mudanças trazidas pelas Normas Contábeis Aplicadas ao Setor Público;
- Desenvolver uma metodologia e propor um índice de mensuração da qualidade da informação contábil patrimonial a partir da literatura e das mudanças trazidas pelas Normas Contábeis Aplicadas ao Setor Público;
- Mensurar a qualidade da informação contábil patrimonial dos municípios mineiros a partir do índice de qualidade da informação contábil patrimonial desenvolvido;
- Identificar as variáveis que mais influenciam na qualidade da informação contábil patrimonial dos municípios mineiros

1.3. Justificativa e contribuição

A escolha do tema sob a ótica científica está em produzir um estudo que enriqueça a temática qualidade da informação contábil, que há décadas tem sido pesquisada por ser um ponto crítico para as organizações (Pereira Junior, 2011).

Houve estudos que visaram identificar as irregularidades nas prestações de contas municipais apontadas pelos Tribunais de Contas de natureza também orçamentária, contábil e fiscal (Cabral; Ribeiro, 2012; Kronbauer Et Al., 2011; Piccoli; Prado, 2018).

Silva (2019) criou o “Nível de Consistência Anual” com o objetivo de “investigar o nível de consistência das informações apresentadas nos relatórios financeiros dos municípios brasileiros e sua aderência aos princípios de governança aplicada ao setor público”. Neste modelo, Silva (2019) analisou além da informação patrimonial, a informação orçamentária e fiscal, bem como cumprimento de prazos por parte dos municípios.

O índice de qualidade da informação contábil e fiscal criado pela STN (Brasil, 2023) avalia os aspectos patrimoniais, orçamentários e fiscais. Objetiva além de avaliar a qualidade da informação, a consistência dos relatórios e demonstrativos contábeis fiscais que são enviados por meio do Siconfi pela União, estados e municípios.

A proposta desta pesquisa é o desenvolvimento de uma metodologia onde seja possível apurar um índice de qualidade da informação contábil patrimonial com base nas mudanças trazidas pelas Normas Contábeis Aplicadas ao Setor Público e da literatura existente.

De acordo com Bezerra (2013), Dos Santos et al. (2011) e Guedes et al. (2020), a qualidade da informação contábil está relacionada principalmente com o atendimento dos aspectos patrimoniais da nova contabilidade aplicada ao setor público. Por isso, o foco deste estudo é o aspecto patrimonial da informação contábil, fazendo-se necessário o desenvolvimento de uma metodologia, já que não há estudos sobre a qualidade da informação com ênfase no aspecto patrimonial, tornando-se assim de grande relevância esta pesquisa.

O interesse por esta pesquisa surgiu por fazer parte da vida profissional da Mestranda que é Contadora do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia, atuante na área de prestação de contas.

Além disso, a pesquisa de dissertação é um pré-requisito para obtenção do título de mestre no curso de Mestrado Profissional da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia, cujos objetivos são definidos no art. 4º, do inciso II, do regimento do PPGGO (Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional) são:

“Art. 4º O PPGGO tem os seguintes objetivos:

[...] II - Atuar com foco em problemas práticos na produção de material intelectual/tecnológico, no âmbito da gestão organizacional de modo a contribuir com o desenvolvimento das organizações em suas diversas funções” (UFU, 2014, p. 2).

Por sua vez, a relevância social e prática reside principalmente na criação de uma metodologia para apuração da qualidade da informação contábil que poderá ser aplicada para municípios, estados e para a União.

Segundo Camargos Junior (2023) a construção de indicadores tem sido cada vez mais disseminado, induzido pelo progresso da tecnologia, contribuindo no setor público para melhorar a transparência e melhorar os serviços prestados à sociedade.

Com os resultados será possível apurar como está a qualidade da informação contábil dos municípios e mapear os fatores que podem influenciar na qualidade das informações contábeis pelos municípios mineiros, auxiliando os profissionais da área contábil na proposição de mudanças necessárias. Também será útil aos gestores para implementar ações que visem a melhora na qualidade da informação contábil, com vistas a busca pela transparência nas informações prestadas.

1.4. Estrutura do trabalho

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, onde no primeiro é apresentado a introdução sobre o tema tratado nos capítulos seguintes. No Capítulo 2 são introduzidos alguns aspectos do controle social e da governança pública e, a importância da Contabilidade Pública; a Teoria Institucional; as mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público; o Ranking da STN; e os estudos anteriores sobre a temática Qualidade da Informação Contábil.

O Capítulo 3 é composto pelos aspectos metodológicos utilizados para a consecução dos objetivos; no Capítulo 4 são apresentados os resultados e discussões do panorama da qualidade da informação dos demonstrativos contábeis dos municípios mineiros; no Capítulo 5 é apresentado o produto tecnológico da pesquisa e por fim no Capítulo 6 as considerações finais, incluindo as limitações e sugestões para futuras pesquisas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Rodrigues e Niyama (2018) a contabilidade é o mecanismo utilizado para diminuir as diferenças existentes entre os usuários da informação e aquele que fornece a informação.

Através da prestação de contas dos agentes públicos, o conjunto de ações são transformadas em números e evidenciadas pela contabilidade (Agustinho; Oliveira, 2015).

Os relatórios financeiros servem como subsídio para a prestação de contas dos gestores para a população, com o objetivo de os cidadãos avaliarem o desempenho e as políticas públicas implantadas (Silva, 2019). Busca-se fornecer à população informações úteis sobre o desempenho dos entes públicos quanto aos aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e patrimonial, e a harmonização das normas contábeis contribui para atingir esse objetivo (Castro, 2016).

Segundo Silva Filho et al. (2019) acredita-se que a adequação das normas de contabilidade brasileiras às normas internacionais proporciona relatórios contábeis com melhores atributos de relevância, transparência e comparabilidade. No mesmo sentido, Greco (2008) ratifica que a padronização permite aos profissionais de contabilidade a apresentação de informações financeiras com mais qualidade, gerando informações com características qualitativas de comparabilidade e compreensibilidade.

Além disso, o processo de globalização da economia mundial intensificou a necessidade da utilização de uma linguagem única na contabilidade que pudesse facilitar a compreensão dos demonstrativos contábeis de forma a possibilitar a comparação e a evidenciação da situação financeira e patrimonial (Oliveira, 2022; Silva Filho et al., 2019).

Inicialmente as normas internacionais foram criadas para empresas, sendo mais tarde adequadas para o setor público. Não havia lei internacional que obrigasse os países a adotarem as normas internacionais de contabilidade (Neves; Gómez-Villegas, 2020), porém, para Lima (2017) havia uma necessidade de padronizar e uniformizar a contabilidade pública, e a convergência às IPSAS aconteceu por falta de normas ou por acreditar que elas poderiam colaborar para melhorar as informações contábeis.

A CE (Comissão Europeia), a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional) apoiaram a padronização objetivando combater a corrupção e melhorar a gestão no setor público (Neves; Gómez-Villegas, 2020).

Assim, fica evidente que o processo de reforma contábil teve influência externa. Isso se confirma com a perspectiva da Nova Sociologia Institucional que sugere que na maioria das vezes a contabilidade é influenciada por razões externas (LIMA, 2017 apud MOLL; BURNS; MAJOR, 2006).

2.1 Teoria institucional

A abordagem institucional surgiu com a intenção de interligar a organização ao ambiente, buscando a compreensão do comportamento das organizações considerando que as variáveis que compõem o ambiente que uma entidade está inserida pode ser importante para o entendimento do comportamento ou de estratégias organizacionais (Sasso, 2017).

Para Barbosa Neto e Colauto (2010) a teoria institucional tem sido cada vez mais utilizada nos estudos da área de contabilidade, já que proporciona maior entendimento aos fenômenos organizacionais, principalmente no que tange à reação das organizações às pressões do ambiente em que estão inseridas.

As organizações possuem características sociais e culturais que são descritas pelos hábitos e costumes dos atores organizacionais (Cardoso, 2022). Diversos autores concordam que a teoria institucional interpreta as organizações como entidades que agem de acordo com regras, procedimentos e crenças e valores presentes na administração pública (Piccini, Bezerra Filho E Marques, 2022). As características e comprometimento dos participantes, bem como as influências do ambiente externo e suas limitações esculpem as organizações (Cardoso, 2022).

Quando uma organização passa por um processo de restrição ela procura se assemelhar a outras que passaram por essas mesmas condições ambientais e daí surge o isomorfismo (Dimaggio e Powell (2005).

As pressões levam as organizações de um mesmo setor se imitarem, empregando práticas semelhantes e se tornando isomórficas umas com as outras, segundo a teoria neo-institucional (Neves e Gómez-Villegas, 2020).

Segundo Dimaggio e Powell (2005) o isomorfismo coercitivo decorre de políticas e da legitimidade, mimético quando resulta das respostas padronizadas à incerteza, e normativo quando está advém da profissionalização, podendo também serem misturadas no contexto empírico.

Em se tratando de isomorfismo coercitivo, quando existe um ambiente normativo comum, as organizações são moldadas em relação ao comportamento e as estruturas (Dimaggio e Powell (2005).

Meyer e Rowan (1977) citado por Cardoso (2022, p.40) adverte que o isomorfismo tem algumas consequências que são essenciais para as organizações:

(a) elas incorporam elementos que são legitimados externamente, sem necessária relação com eficiência organizacional; (b) empregam critérios de avaliação externos ou cerimoniais para definir o valor dos elementos estruturais; e (c) a dependência de instituições fixadas externamente reduz a turbulência e mantém a estabilidade. Como resultado: (i) o isomorfismo institucional pode promover o sucesso e a sobrevivência das organizações; (ii) a incorporação de estruturas formais legitimadas externamente aumenta o comprometimento de participantes internos e constituintes externos; e (iii) a submissão a critérios de avaliação externos pode permitir que uma organização continue bem sucedida por definição social, protegendo-a do fracasso.

No meio contábil são adotadas práticas ao longo dos anos que são culturalmente consideradas como certas, tornando a organização institucionalizada. A legitimação é conseguida através da adoção de formas e procedimentos organizacionais semelhantes ao do ambiente que a organização atua (Cardoso, 2022).

A teoria institucional tem procurado explicar esse processo de legitimação das organizações que estão inseridas em determinada área organizacional e as razões para adoção de determinados padrões de mudança organizacional ou explicar o porquê da resistência à mudança (Cardoso, 2022). Segundo Silva et al. (2022) esse tem sido o foco da teoria institucional, os fatores institucionais externos que exercem influência sobre as organizações.

A legitimidade é considerada por muitos autores o centro do institucionalismo organizacional (Rossoni, 2016). Uma organização é considerada legítima quando não é questionada ou não há dúvidas sobre ela (Camargos Junior, 2023).

Neste sentido, o isomorfismo não garante que as organizações atuem com mais eficiência no ambiente que estão inseridas, mas com o isomorfismo é mais fácil para conseguirem o respeito e a legitimidade (Cardoso, 2022).

A estrutura regulatória é baseada na conformidade da legitimidade da organização com os instrumentos legais, e essa estrutura tem como centro a análise de valores e normas, como elementos institucionais que fornecem aspectos estabelecidos e avaliativos que são

obrigatórios em contextos sociais e organizacionais (Barbosa Neto; Colauto, 2010; apud Scott, 2001).

Silva (2022) acredita que a adoção das IPSAS envolve a busca pela legitimação e o reconhecimento no campo internacional. Os países desenvolvidos têm mais tendência a adotar as IPSAS do que os países em desenvolvimento, já que seguem padrões para manterem o relacionamento internacional, pois existe aspectos de legitimidade e dominação envolvidos.

Para Oulasvirta (2014) muitos países em desenvolvimento adotam as IPSAS por pressões coercitivas externas, apesar desses padrões serem inviáveis na prática, enquanto em países desenvolvidos as normas internacionais não são tão populares.

Essas pressões ficam claras em países com maior exigência de comportamento ético, por exemplo, onde a normatização contábil faz parte dos requisitos da responsabilidade social, tornando-se normas de *accountability* do governo (Chan, 2010).

No setor privado essas pressões podem advir do governo, forçando as empresas a se tornarem cada vez mais homogêneas, através de mecanismos isomórficos.

Essas pressões no setor público não advêm dos cidadãos e eleitores, já que são alheios a contabilidade governamental (Oulasvirta, 2014). No setor público, as organizações que atuam em função de regras, procedimentos, crenças e valores são as que prevalecem (Piccini, Bezerra Filho e Marques, 2022).

Apesar do Brasil não ser devedor do Fundo Monetário Nacional (FMI), acredita-se que este agiu indiretamente, através da pressão informal para a adoção das IPSAS e do regime de competência (Raad et al., 2020). O FMI agiu de maneira indireta também no mundo todo, já que colaborou inicialmente com o desenvolvimento das IPSAS (Greco, 2008).

Para Lima (2017), no processo brasileiro de convergência às normas internacionais o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) atuaram com interesses distintos. O CFC atuou devido as pressões dos profissionais da classe contábil, enquanto a STN agiu pela necessidade de padronização e consolidação das contas públicas.

O Banco Mundial também apresentou interesse em melhorar os relatórios financeiros dos governos e países que possuem empréstimos e subvenções e, por isso tem apoiado o desenvolvimento das IPSAS, inclusive com aporte financeiro (Neves; Gómez-Villegas, 2020).

Somando-se a esses interesses, Chan (2010) acredita que doadores e financiadores internacionais apoiaram a aplicação do padrão internacional nos países em desenvolvimento por acreditarem ser uma forma de alcançar as metas socioeconômicas e reduzir a pobreza, já que estes necessitam ter capacidade institucional para o estabelecimento e implementação das políticas públicas.

Darós e Pereira (2009) acreditam que a harmonização às normas internacionais parece ter sido uma imposição dos investidores, credores e mercados. Segundo Cirino e Júnior (2022) o discurso político também foi utilizado como meio para legitimar a implantação das IPSAS.

Mas apesar da convergência ter ocorrido no campo formal com a publicação do arcabouço normativo, para Azevedo (2016) há uma lacuna entre a publicação de normas e o seu efetivo uso, sendo necessário uma maior disseminação da institucionalização na prática.

As leis e regras nem sempre são seguidas, como é o caso no Brasil da adoção de custos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e em outros países, a adoção do orçamento por resultados (Azevedo, 2016).

Lino et al. (2019, apud Andrews, 2013; Scott, 2014, p. 376) constataram que:

As reformas no setor público falham por não conseguir ir além do texto da lei e efetivamente criar novas práticas em governos — tornando-se “letra morta”. A adoção compulsória, em todo o país, de uma nova prática disposta em lei dependerá tanto de recursos para revisão de processos, adequação de sistemas e realização de treinamentos quanto de superar resistências de diversos envolvidos.

Há variação na medida e na taxa que as organizações respondem as mudanças, com a finalidade de se tornarem isomórficas, sendo algumas mais rápidas e outras somente depois de um período maior de resistência (DiMaggio e Powell, 2005).

DiMaggio e Powell (2005) propôs que seria possível estabelecer previsões, empíricas, dos campos mais homogêneos em relação a estrutura, processo e comportamento, através das três formas nas quais ocorrem as mudanças isomórficas. Os autores sugeriram hipóteses para serem perseguidas utilizando as características da organização, implícito a *ceteris paribus* para outros fatores como tamanho, tecnologia e centralização de recursos externos.

Sasso (2017) reuniu as hipóteses de DiMaggio e Powell (2005) das três formas isomórficas na Quadro 1.

Quadro 1- Preditores de mudança isomórfica

PREDITORES NO NÍVEL		
ISOMORFISMO	ORGANIZACIONAL	DO CAMPO
Coercitivo	Hipótese A-1: quanto maior o grau de dependência de uma organização em relação à outra, mais similar ela se tornará a essa organização em termos de estrutura, ambiente e foco comportamental.	Hipótese B-1: quanto mais um campo organizacional depende de uma única fonte (ou muitas fontes, mas similares) de fornecimento de recursos vitais, maior o nível de isomorfismo.
	Hipótese A-2: quanto mais centralizado o fornecimento de recursos para a organização A, maior é a possibilidade de a organização A se transformar isomorficamente para se assemelhar às organizações de cujos recursos dependem.	Hipótese B-2: quanto mais as organizações em um campo interagem com as agências governamentais, maior o grau de isomorfismo no campo como um todo.
Mimético	Hipótese A-3: quanto mais incerto o relacionamento entre meios e fins, maior a probabilidade de a organização moldar-se em outras organizações que considera bem-sucedida.	Hipótese B-3: quanto menor o número de alternativas visíveis de modelos organizacionais em um campo, maior a taxa de isomorfismo nesse campo.
	Hipótese A-4: quanto mais ambíguas as metas de uma organização, maior o grau em que esta se moldará a outras organizações que considere bem-sucedidas.	Hipótese B-4: quanto mais incertas são as tecnologias ou ambíguas as metas de um campo, maior a taxa de mudança isomórfica.
Normativo	Hipótese A-5: quanto maior a confiança em credenciais acadêmicas para escolha de pessoal gerencial e funcional, maior o grau em que a organização se tornará mais semelhante a outras em seu campo.	Hipótese B-5: quanto maior o grau de profissionalização de um campo, maior a quantidade de mudanças isomórficas institucionais.
	Hipótese A-6: quanto maior a participação de gestores organizacionais em associações de comércio e profissionais, maior a probabilidade de a organização ser, ou se tornar, semelhante a outras organizações em seu campo.	Hipótese B-6: quanto maior o grau de estruturação de um campo, maior o grau de isomorfismo.

Fonte: Sasso (2017).

Assim, DiMaggio e Powell (2005) contribuíram com a apresentação de hipóteses que podem ser aplicadas para testar os preditores das mudanças organizacionais, com indicadores que sejam inerentes às organizações e ao campo organizacional.

2.2 Reforma Contábil

A convergência da Contabilidade às normas internacionais surgiu com o objetivo de eliminar diferenças entre os padrões nacionais e internacionais, trazendo maior transparência e compreensão das informações (Mello et al., 2014).

Mas o que é a convergência? Segundo Santos e Almeida (2015) a convergência é “uma aproximação de critérios, procedimentos, métodos utilizados em um país com os adotados internacionalmente, de forma flexível (pois há uma sobreposição do padrão normativo nacional ao internacional).”

A convergência iniciou nas sociedades de capital aberto, depois foi a vez das instituições públicas, com o objetivo de padronizar os demonstrativos contábeis (Tardoque, 2011). Desta forma, foram criadas as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standard* – IAS) para o setor privado, sendo mais tarde adequadas para o setor público, através das *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) (Neves; Gómez-Villegas, 2020).

O processo de difusão das normas internacionais no setor público brasileiro foi mais intenso entre os anos de 2008 e 2012, sendo desenhado de forma centralizada em Brasília (Sediyama; Aquino; Lopes, 2018).

A STN, criada como parte integrante do Ministério da Economia em 1986, é responsável pela elaboração do Balanço do Setor Público Nacional (BSPN) através da consolidação das contas públicas brasileiras. Foi responsável por publicar 9 versões do MCASP entre os anos de 2008 e 2021 e o CFC as normas contábeis entre 2017 e 2021 (Mata; Muniz, 2021).

Lima (2017) atribuiu como marco formal, a publicação da Portaria n° 184 em 2008 pelo Ministério da Fazenda, porém outros acontecimentos culminaram nas mudanças na contabilidade pública do país, como é apresentado na cronologia da evolução da Contabilidade, Quadro 2.

Quadro 2- Cronologia da evolução da Contabilidade

Ano	Ato	Responsável
1940	Na II Conferência dos Técnicos em Contabilidade Pública no Brasi, foi discutido sobre a padronização de classificações orçamentárias, estrutura do Balanço Patrimonial e regras de inventário para os Estados e Municípios (GRECO, 2008).	
1960	Formação da <i>Organization for Economic Cooperation and Development</i> – OECD, na França, com o objetivo do desenvolvimento econômico mundial e principalmente, estabilidade dos países membros (GRECO, 2008).	OECD
1964	Publicação da Lei nº 4.320	Governo Federal
1977	Fundação de uma federação dos profissionais contábeis, <i>International Federation of Accounting Committee</i> (IFAC), na Alemanha, com o objetivo de desenvolver a profissão contábil e buscar a harmonização mundial (GRECO, 2008).	IFAC
1986	Criado o <i>Public Sector Committee</i> (PSC) para orientação dos relatórios financeiros do setor público (GRECO, 2008).	IFAC
1986	Criação da Secretaria de Tesouro Nacional (STN) com o objetivo de gerenciar as contas públicas no âmbito federal, parte integrante do Ministério da Economia (BRASIL, 1986)	Governo Federal
1987	Criação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) com a adoção de um plano de contas único para os as entidades pertencentes ao governo federal (BRASIL, 1987)	STN
1997	Desenvolvimento das IPSAS pelo PSC	PSC
1998	Criação de Grupo de Estudos para normatização da área pública (CFC, 2022)	CFC
2000	Publicação da Lei Complementar nº 101, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000)	Governo Federal
2001	Publicação da Lei no 10.180 que organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. (BRASIL, 2001)	Governo Federal
2002	Publicação da Portaria nº 109 que aprova os Quadros dos Dados Contábeis Consolidados Municipais e Estaduais, visando a consolidação das contas públicas (BRASIL, 2002)	Ministério da Fazenda
2004	Mudança do nome de PSC para <i>International Public Sector Accounting Standards Board</i> (IPASB) (GRECO, 2008).	IFAC
2006	Publicação do rascunho de atualização das IPSAS (GRECO, 2008).	IPASB
2007	Publicação da versão final de atualização das IPSAS	IPASB
2007	Através da Resolução nº 1.103 o CFC cria o comitê Gestor para viabilizar a convergência as Normas Contábeis e de auditoria (CFC, 2022)	CFC

2007	Publicação da Portaria STN nº 135 cria o Grupo Técnico de Padronização de Relatórios (STN, 2022)	STN
2008	Parceria com o Ministério da Fazenda e Associação dos Tribunais de Contas firmou o documento intitulado como “Orientações Estratégicas para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público” (CFC, 2022)	MF, CFC e ATRICON
2008	Publicação da Portaria nº 184, determinando à STN o desenvolvimento de ações visando a convergência as normas internacionais (BRASIL, 2022)	Ministério da Fazenda
2008	Publicação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (CFC, 2022)	CFC
2008	Publicação da 1ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), válido a partir de 2009 (STN, 2022)	STN
2009	Publicação do Decreto nº 6.967 que dispõe sobre o sistema de Contabilidade Federal	Ministério da Fazenda
2009	Publicação da Portaria nº 751 que aprova a 2ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), válido a partir de 2009, e tornando obrigatório o PCASP para União, Estados e Municípios a partir de 2012 (STN, 2022)	STN
2010	Publicação da Resolução nº 1.298 que dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade	CFC
2010	Publicação de dez Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (CFC, 2022)	CFC
2010	Publicação da 3ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), válido a partir de 2011	STN
2011	As IPSAS são traduzidas	CFC
2011	Publicação da Portaria nº 828/2011 estabelecendo o prazo até 31 de março de 2011 para que os Municípios divulgassem em meio eletrônico de acesso público e ao Tribunal de Contas da sua jurisdição, os procedimentos contábeis patrimoniais e específicos que são adotados e um cronograma de ações a adotar até 2014	STN
2011	O TCE-MG através da Instrução Normativa nº 07/2011 aprova a implantação do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM) a partir de 2012	TCE-MG
2011	Publicação da 4ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), válido a partir de 2012	STN
2012	Publicação da 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), válido a partir de 2013	STN
2013	Publicação da Portaria nº 634 que dispõe sobre as normas e procedimentos contábeis aplicados aos entes da Federação e criação do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi (STN, 2013a)	STN

2013	Publicação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP)	STN
2014	Publicação da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), válido a partir de 2015	STN
2015	O CFC cria o Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (GA NBC TSP) com a finalidade de harmonizar as normas internacionais (IPSAS) à realidade brasileira (CFC, 2022)	CFC
2015	Publicação da Portaria nº 548 e o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais que regulamenta artigo 13 da Portaria 634/2013/STN e estabelece prazos-limite (BRASIL, 2015)	STN
2015	Descontinuidade do SISTN (Sistema de Coleta de Dados Contábeis) e substituição pelo Siconfi	STN
2016	Publicação da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), válido a partir de 2017	STN
2016	Aprovação da Estrutura Conceitual e mais cinco normas convergidas	CFC
2017	Aprovação de cinco normas convergidas	CFC
2017	Recebimento dos demonstrativos contábeis, facultativos através do formato da Matriz de Saldos Contábeis (MSC)	STN
2018	Aprovação de onze normas convergidas	CFC
2018	Obrigatório o envio da MSC para Estados, DF, União e municípios de capitais	STN
2018	Publicação da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), válido a partir de 2019	STN
2019	Aprovação de cinco normas convergidas	CFC
2019	Obrigatório o envio da MSC para os demais municípios	STN
2020	Aprovação de três normas convergidas	CFC
2021	Aprovação de quatro normas convergidas e aprovação da norma de custos públicos	CFC
2021	Publicação da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), válido a partir de 2022	CFC

Fonte: Elaborado pela autora

É notório que houve uma evolução na contabilidade e acredita-se que com a reforma contábil proporcionou uma melhoria na qualidade da tomada de decisões no setor público,

através de uma melhor transparência, confiabilidade das informações, dando credibilidade nas demonstrações financeiras (Neves E Gómez-Villegas, 2020). Antes a contabilidade limitava-se à análise, registro e interpretação dos fatos orçamentários e a apuração do superávit/déficit (Bezerra, 2013).

2.3 Principais mudanças na contabilidade pública

A Lei nº 4.320 (Brasil, 1964), que norteava a contabilidade pública brasileira até antes da reforma, dispõe sobre as “normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”. O aspecto patrimonial não mereceu destaque na Lei, havendo previsão apenas nos artigos 85 e 89:

“Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição **patrimonial**, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

...

Art. 89. A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira **patrimonial** e industrial. (grifo nosso)”. (Brasil, 1964)

Um tímido avanço foi percebido com a publicação da Lei Complementar nº 101 (Brasil, 2000) que estabeleceu “normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”. O legislador dedicou um capítulo para a Gestão Patrimonial, além de incluir também uma seção para a escrituração e consolidação das Contas Públicas.

Mas, por muito tempo o enfoque orçamentário era predominante na contabilidade pública, sendo substituído com as advento da convergência às normas internacionais. Sob esse prisma, a essência da contabilidade é regatada ao dar ênfase ao patrimônio público, objeto da contabilidade (STN, 2013).

Para Mello et al. (2014) a mudança para o enfoque patrimonial traz mais transparência e comparabilidade nas informações pelos diferentes usuários que utilizam da informação contábil.

Como decorrência dessa mudança do enfoque, o regime de contabilização das receitas e despesas passou de misto, onde as receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas pelo regime de competência, para o regime de competência tanto para receita quanto para despesas (Moreira, 2015). Essa transição permitiu o registro dos efeitos econômicos na

aplicação do dinheiro público, reconhecendo as obrigações e o patrimônio das entidades públicas (Neves E Gómez-Villegas, 2020).

Além disso, foram várias outras transformações promovidas pela reforma da CASP (Contabilidade Aplicada ao Setor Público), dentre elas, as mais importantes foram a adoção de um plano de contas único para todos os entes da Federação, a padronização dos demonstrativos contábeis e o uso de novas políticas contábeis (Sediyama; Aquino; Lopes, 2018).

Para Moreira (2015), as principais mudanças promovidas foram:

- Reconhecimento da depreciação, amortização e exaustão de ativos;
- Reconhecimento de bens intangíveis;
- Reconhecimento dos bens recebidos em doação e bens de uso comum do povo;
- Reavaliação de ativos;
- Acréscimo do Demonstrativo de Fluxo de Caixa como obrigatório a todos os entes
- Acréscimo do Demonstrativo do Resultado Econômico (facultativo);
- Acréscimo do Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (obrigatório para alguns entes);
- Notas explicativas passam a ser obrigatórias para todos os entes;
- Criação dos subsistemas de custos e patrimonial, este em substituição ao sistema financeiro;
- Inclusão do Controle Contábil dos Instrumentos de Planejamento;
- Controle dos riscos na gestão;
- Os atos e fatos da gestão pública serão registrados com base “na essência sobre a forma”.

Em se tratando de subsistemas de informação contábil, a estruturação a partir da resolução nº 1.268 (CFC, 2009) passa a ser em subsistema patrimonial, orçamentário, compensação e custos, retirando o subsistema financeiro que foi alocado no patrimonial (Gama; Duque; Almeida, 2014)

Especificamente quanto a obrigatoriedade da realização da reavaliação de ativos, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão, estes representaram um marco na implantação dos procedimentos patrimoniais (Barros; Zuccolotto, 2019).

Chan (2010) acredita que a ativos subavaliados e passivos em exagero resultam na corrupção, sendo a adoção do regime de competência de extrema importância nos países em desenvolvimento como forma de mensurar corretamente o patrimônio.

O reconhecimento dos atos e fatos através da contabilidade pela sua essência econômica em detrimento a sua forma jurídica é um dos princípios dos padrões internacionais, de tal forma que o profissional contábil observe o fato com suas características reais, adotando o subjetivismo, com responsabilidade e, explanando em notas explicativas os critérios e métodos adotados (Santos; Almeida, 2015).

Ademais, Darós e Pereira (2009) enfatizam que os registros contábeis devem ser registrados integralmente no momento da ocorrência do fato, devendo não haver correlação entre a execução orçamentária e o fato gerador. Para o autor isso reforça a visão patrimonial da contabilidade pública, de maneira que evidencia as alterações patrimoniais, previstas ou não em legislação.

Nesse contexto de transformação da contabilidade, Freitas (2016) afirma que o mais importante neste processo foi o patrimônio ser reconhecido como objeto da Contabilidade Pública, sendo considerado o ator principal, como já preconizado na Lei n.º 4.320 (1964).

2.4 Normatização da CASP

Segundo Soeiro (2015) as métricas e ferramentas que compõe os sistemas de contabilidade gerencial são convenções presentes nos ambientes institucionalizados (legal, profissional, regulatório) com o objetivo de legitimar socialmente os participantes e suas ações.

Assim, a reforma contábil foi amparada pela estrutura de normas convergidas para o setor público, publicadas entre os anos de 2017 e 2022 pelo CFC (Mata; Muniz, 2021), conforme constam nos Quadro 3.

Quadro 3- NBC TSP vigentes

NBC	Publicação	Nome da Norma	Correlação
NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	04/10/2016	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público	Conceptual Framework
NBC TSP 01	28/10/2016	Receita de Transação sem Contraprestação	IPSAS 23
NBC TSP 02	28/10/2016	Receita de Transação com Contraprestação	IPSAS 9
NBC TSP 03	28/10/2016	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IPSAS 19
NBC TSP 04	06/12/2016	Estoques	IPSAS 12
NBC TSP 05	06/12/2016	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	IPSAS 32
NBC TSP 06	28/09/2017	Propriedade para Investimento	IPSAS 16
NBC TSP 07	28/09/2017	Ativo Imobilizado	IPSAS 17
NBC TSP 08	28/09/2017	Ativo Intangível	IPSAS 31
NBC TSP 09	28/09/2017	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	IPSAS 21
NBC TSP 10	28/09/2017	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	IPSAS 26
NBC TSP 11	31/10/2018	Apresentação das Demonstrações Contábeis	IPSAS 1
NBC TSP 12	31/10/2018	Demonstração dos Fluxos de Caixa	IPSAS 2
NBC TSP 13	31/10/2018	Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis	IPSAS 24
NBC TSP 14	31/10/2018	Custos de Empréstimos	IPSAS 5
NBC TSP 15	31/10/2018	Benefícios a Empregados	IPSAS 39
NBC TSP 16	31/10/2018	Demonstrações Contábeis Separadas	IPSAS 34
NBC TSP 17	31/10/2018	Demonstrações Contábeis Consolidadas	IPSAS 35
NBC TSP 18	31/10/2018	Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	IPSAS 36
NBC TSP 19	31/10/2018	Acordos em Conjunto	IPSAS 37
NBC TSP 20	31/10/2018	Divulgação de Participações em Outras Entidades	IPSAS 38
NBC TSP 21	31/10/2018	Combinações no Setor Público	IPSAS 40
NBC TSP 22	28/11/2019	Divulgação sobre Partes Relacionadas	IPSAS 20
NBC TSP 23	28/11/2019	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IPSAS 3
NBC TSP 24	28/11/2019	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	IPSAS 4
NBC TSP 25	28/11/2019	Evento Subsequente	IPSAS 14
NBC TSP 26	28/11/2019	Ativo Biológico e Produto Agrícola	IPSAS 27
NBC TSP 27	04/11/2020	Informações por Segmento	IPSAS 18
NBC TSP 28	04/11/2020	Divulgação de informação Financeira do Setor Governo Geral	IPSAS 22
NBC TSP 29	04/11/2020	Benefícios Sociais	IPSAS 42
NBC TSP 30	10/12/2021	Instrumentos Financeiros: Apresentação	IPSAS 28
NBC TSP 31	10/12/2021	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	IPSAS 41

NBC TSP 32	10/12/2021	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Contabilidade de <i>Hedge</i> - Aplicação Residual)	IPSAS 29
NBC TSP 33	10/12/2021	Instrumentos Financeiros: Divulgações	IPSAS 30
NBC TSP 34	10/12/2021	Custos no Setor Público	não há

Fonte: adaptado CFC, 2022

Além das normas publicadas pelo CFC, a STN publicou a Portaria nº 634 (STN, 2013) que definiu como Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) o “reconhecimento, a mensuração, o registro, a apuração, a avaliação e o controle do patrimônio público” e estabeleceu que todos os entes federativos deveriam observar nos registros contábeis:

- I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;
- II - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;
- III - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;
- IV- Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão;
- V - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;
- VI - Demais aspectos patrimoniais previstos no MCASP (STN, 2013).

Em 2015, a Portaria nº 548 (STN, 2015) trouxe a subdivisão em 19 itens dos PCPs (Piccini; Bezerra Filho; Marques, 2022). Devido as adversidades apresentadas pelos entes federados, a implantação em conjunto era inviável, e por isso optou-se por estabelecer prazos para a implantação de todos os PCPs (STN, 2015) de acordo com o tamanho da população. Assim, criou-se o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPcps) para adoção de todos os municípios.

No Quadro 4 é apresentado os prazos estabelecidos.

Quadro 4 – Resumo com os prazos obrigatórios para implantação dos PCPs

Procedimento Contábil Patrimonial	União	DF e Estados	Municípios com mais de 50 mil hab	Municípios com até 50 mil hab
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	01/01/2017	01/01/2020	01/01/2021	01/01/2022
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	01/01/2018	01/01/2020	01/01/2021	01/01/2022
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Imediato	01/01/2017	01/01/2018	01/01/2019
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas	Imediato	Imediato	Imediato	Imediato
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência	01/01/2018	01/01/2019	01/01/2020	01/01/2021
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	01/01/2018	01/01/2019	01/01/2020	01/01/2021
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	Imediato	01/01/2019	01/01/2020	01/01/2021
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	01/01/2019	01/01/2022	01/01/2023	01/01/2024
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	01/01/2021	01/01/2022	01/01/2023	01/01/2024
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Imediato	01/01/2019	01/01/2020	01/01/2021

11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias etc.).	Imediato	01/01/2017	01/01/2018	01/01/2019
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato	Imediato	Imediato
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	Imediato	01/01/2016	01/01/2016	01/01/2016
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.			
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2019	01/01/2020	01/01/2021	01/01/2022
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.			
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Imediato	01/01/2019	01/01/2020	01/01/2021
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	01/01/2019	01/01/2021	01/01/2022	01/01/2023
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido em ato normativo específico.			

Fonte: STN (2015)

2.5 Qualidade da informação

A contabilidade é responsável por evidenciar a realidade econômica da empresa por meio da divulgação dos demonstrativos contábeis, para que os usuários possam tirar suas próprias conclusões (Castro et al., 2019). No meio empresarial, acredita-se que uma informação contábil de qualidade diminui as dúvidas, aumenta a reputação da empresa, contribui para que a empresa percorra uma trajetória prudente e eficiente, melhorando assim a relação com os investidores (Silva; Mazzioni; Vargas, 2020).

Com relação ao setor público para que haja um efetivo controle social é necessário que haja qualidade da transparência de maneira que desperte o exercício da cidadania (Agustinho; Oliveira, 2015; Silva, 2019). Neste sentido, Batista Neto et al. (2019) acredita que a simples

divulgação da informação não é suficiente para atingir o objetivo da divulgação pública, necessitando ainda da qualidade da informação e a transparência ativa.

Cerca de 90% dos profissionais ligados a contabilidade pública que responderam à pesquisa de Santos Filho e Moura (2023), consideram que a implantação das NBC TSPs e a convergência às normas internacionais produz resultados positivos para a qualidade da informação contábil prestada à sociedade.

De acordo com o MCASP (2021) o objetivo de se elaborar e divulgar a informação contábil é “fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.”

As informações contábeis divulgadas são de difícil compreensão (Bezerra, 2013). Neste sentido, a preocupação não pode ser apenas com a disponibilização de informações, mas a informação deve ser compreensível tanto para os especialistas quanto para os cidadãos comuns, a fim de assegurar que qualquer cidadão possa monitorar as ações do governo (Silva; Carreiro, 2013).

Danos a eficiência e a efetividade das organizações podem ser notados quando as informações possuem uma baixa qualidade (Souza et al., 2019). Informações divulgadas que são consideradas inconsistentes podem comprometer a confiabilidade das informações contábeis, já que sinalizam para uma deficiência nos procedimentos de registros dos fatos administrativos ocorridos e dos serviços de contabilidade (Rodrigues, 2019).

A NBC T 16.5 estabeleceu as características da informação e do registro contábil e, define como documento de suporte o documento apto, seja físico ou eletrônico “que comprove a transação na entidade do setor público, utilizado para sustentação ou comprovação do registro contábil.” (CFC, 2008). Dessa forma, para Bezerra (2013) se os requisitos da presente norma estiverem presentes, os demonstrativos e relatórios são “possíveis de serem utilizados sem restrição.”

De acordo com o MCASP (2021) para que a informação contábil seja útil e cumpra com os objetivos é necessário a presença das características qualitativas: relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.

O Quadro 5 apresenta as características qualitativas da informação contábil, segundo o MCASP (2021).

Quadro 5 - Características Qualitativas da Informação Contábil

Relevância	As informações são relevantes quando influenciam significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. São capazes de exercer essa influência quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.
Representação fidedigna	A informação contábil é útil quando corresponde à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar, e para isso precisa ser completa, neutra e livre de erro material. Para isso, precisa retratar a substância da transação, a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica.
Compreensibilidade	A informação contábil é útil quando os usuários compreendam o seu significado. As demonstrações contábeis devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada. A compreensão é aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.
Tempestividade	Tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil. Ter informação disponível mais rapidamente pode aprimorar a sua utilidade como insumo para processos de avaliação da prestação de contas e responsabilização (<i>accountability</i>) e a sua capacidade de informar e influenciar os processos decisórios. A ausência de tempestividade pode tornar a informação menos útil.
Comparabilidade	Comparabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A comparabilidade não é uma qualidade de item individual de informação, mas, antes, a qualidade da relação entre dois ou mais itens de informação.
Verificabilidade	A verificabilidade é a qualidade da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar. Quando dois observadores chegam a um consenso geral, mas não necessariamente à concordância completa.

Fonte: Elaborado pela autora com informações do MCASP (2021).

Segundo a Resolução nº 1.374 (CFC, 2011), para ser útil, a informação contábil prestada “precisa ser relevante, representar com fidedignidade o que se propõe a representar”. E a informação “é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível.”

Rodrigues (2019) atribui a qualidade da informação ao Sistema de Controle Interno da entidade, de modo que um controle interno inadequado compromete a qualidade da informação produzida pelos demonstrativos e relatórios contábeis. Características qualitativas de relevância, confiabilidade, comparabilidade, compreensibilidade e outras, são obtidas quando há um controle interno eficiente sobre o sistema de contabilidade (Rodrigues, 2019).

Nesta linha, Araújo (2015) acredita que para a prevenção de fraudes e irregularidades, devem ser implementados em todas as áreas de uma organização os procedimentos de controle interno.

Bons sistemas de informação para a inserção dos dados contábeis é a primeira etapa para a implantação de uma boa gestão, mas o trabalho dos agentes operadores da informação contábil deve ser no sentido de que os serviços contábeis sejam bem-feitos, gerando registros e relatórios corretos (Bezerra, 2013).

Rodrigues (2019) considerou irregularidade contábil “qualquer fato ou ação que pudesse comprometer a qualidade da informação contábil” e com base na NBC T 16.8 (CFC, 2008) construiu uma classificação das irregularidades relacionadas ao controle interno contábil, como apresentado no Quadro 6.

Quadro 6 – Classificação das irregularidades conforme as finalidades do Controle Interno Contábil

Grupos	Finalidade do Controle Interno Contábil	Irregularidades consideradas
1	Salvaguardar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais;	Registros incorretos e divergência de informações relacionados aos componentes patrimoniais.
2	Dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente;	Registros contábeis incorretos, indevidos ou ausentes.
3	Propiciar a obtenção de informação oportuna e adequada;	Falta e/ou divergência de informações contábeis.
4	Auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.	Práticas contábeis que levam a erros e inadequações.

Fonte: Rodrigues (2019)

Para Bezerra (2013) as demonstrações contábeis perdem a confiabilidade e os erros surgem quando não são seguidas as normas contábeis, pois estas proporcionam uniformidade na divulgação das informações. Santos et al. (2011) ratifica essa informação e complementa que além de afetar a qualidade da informação contábil, a falta de padronização contábil dificulta a avaliação e a comparação do desempenho e da eficiência econômica das companhias multinacionais.

Para Santos et al. (2011) apud Soderstrom (2007) a melhoria da informação contábil “baseia-se na premissa de que a mudança para as IFRS constitui uma alteração de princípios contábeis que induz à maior qualidade de relatórios financeiros”. Isso foi comprovado através do estudo de Guedes et al. (2020) que analisou as notas explicativas comprovando que com base nos aspectos analisados, as IFRS contribuíram para a qualidade contábil.

A STN tem desempenhado um papel importante no aprimoramento da qualidade das informações contábeis e fiscais dos estados e municípios brasileiros (Silva, 2019). O Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro da Secretária do Tesouro Nacional (Siconfi) foi criado através da publicação da Portaria nº 634/2013 (STN, 2013a) e

trouxe uma maior transparência para as contas públicas pois reuniu todas as informações contábeis e financeiras de todos os entes da federação (Silva, 2019).

Através das informações enviadas pelo Siconfi, em 2019 teve início o “Ranking da qualidade da informação contábil e fiscal” com o objetivo de avaliar as informações fornecidas, estimulando os estados e municípios a melhorarem as informações prestadas (Brasil, 2023).

A metodologia utilizada pelo ranking da STN divide as avaliações em 4 dimensões: gestão da informação, informações contábeis, informações fiscais e informações contábeis versus informações fiscais. As dimensões de avaliação estão evidenciadas no Quadro 7.

Quadro 7- Dimensões do Ranking STN

Dimensões	Finalidade
Dimensão I - Gestão da Informação	Verificar o comportamento dos entes no envio das informações. Ex: envio de todas as declarações, cumprimento de prazo, quantidade de retificações etc.
Dimensão II – Contábil	Avaliar os dados contábeis recebidos. Ex: adequação às regras do MCASP, consistência entre os demonstrativos etc.
Dimensão III – Fiscal	Avaliar os dados fiscais recebidos, Ex: adequação a regras do MDF, consistência entre os demonstrativos etc.
Dimensão IV – Contábil x Fiscal	Efetuar o cruzamento entre os dados contábeis e fiscais recebidos.

Fonte: STN (2022)

São 56 indicadores avaliados pelo Ranking da STN através das 4 dimensões. Segundo Silva (2019) a STN assinou um Acordo de Cooperação Técnica com os Tribunais de contas em 2018 afim de reduzir informações contábeis divergentes e duplicidade de dados e informações. Em complemento, a STN publicou a Portaria STN nº 549 de 7 de agosto de 2018 (STN, 2018) onde adverte que não dará quitação ao ente que enviar dados com inconsistências relevantes.

2.6 Estudos anteriores

Na literatura, alguns estudos se dedicaram a avaliar a qualidade da informação contábil sob diferentes aspectos. Albuquerque (2016) analisou os apontamentos do TCE - AM nas contas dos 15 municípios que tiveram suas contas rejeitadas no ano de 2012. A pesquisa apontou 746 inconsistências, no período compreendido entre 2006 e 2013. O estudo apontou que os municípios com mais irregularidades são aqueles em média maior idade, maior PIB e

maior número de habitantes. Na visão de Albuquerque (2016), era esperado com a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, outro comportamento por parte dos municípios em relação as práticas e os costumes na administração pública, mas não foi o que aconteceu.

Forgi (2017) realizou pesquisa qualitativa e quantitativa através dos relatórios de auditoria independente emitidos entre 2012 e 2015 das principais empresas de sociedade de economia mista com atuação regional de abastecimento de água e esgoto com a finalidade identificar o nível satisfatório de qualidade da informação contábil. Constatou-se que apenas 56,3% não apresentam ressalvas e que cerca de 11 % apresentam nível crítico de qualidade.

Rodrigues (2019) selecionou 150 municípios, de 9 estados brasileiros, de forma aleatória estratificada com o objetivo de analisar o impacto dos sistemas de controle interno das prefeituras sob a qualidade da informação contábil, por meio do tipo e do volume de irregularidades de controle interno contábil após os efeitos da implantação dos Sistemas de Controle Interno e do advento da Lei de Responsabilidade Fiscal. A amostra coletada foi definida de modo a contemplar dois relatórios de auditoria para cada município, com um intervalo temporal de aproximadamente 10 anos de um para o outro, sendo escolhido como primeiro período o ano de 1999, devido a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000). Foram encontradas 821 irregularidades contábeis referente aos 150 municípios. Dessas irregularidades, 51,24 % se referem a informação oportuna e adequada. Um dado importante da pesquisa foi revelar que mesmo com os avanços dos recursos tecnológicos que registram a informação contábil e com a evolução nas práticas contábeis não houve ganhos na qualidade da informação

Silva (2019) teve como objetivo investigar qual o nível de consistência das informações apresentadas nos relatórios financeiros dos municípios brasileiros e a aderência desses municípios aos princípios da governança aplicada ao setor público”. Foram avaliadas as demonstrações financeiras de 5569 municípios através dos demonstrativos financeiros de 2015 a 2017. O resultado mostrou que a grande maioria dos municípios conseguiu atender em média a 75 % dos critérios analisados pela pesquisa. Constatou-se também que o porte populacional, o PIB per capita, o IDHM e a localização geográfica exercem influência na consistência dos dados. As inconsistências mais encontradas por Silva (2019) foram com relação a saldos zerados e a implantação das novas normas de contabilidade.

Barros e Zuccolotto (2019) buscaram identificar qual o panorama dos estados brasileiros em relação a implantação do PIPCP referente aos bens móveis e imóveis, e identificar quais as práticas adotadas pelo estado mais avançado. Para atingir os objetivos propostos criaram um checklist com base na NBC T 16.9, Item 10 - Divulgação da

depreciação, da amortização e da exaustão; na IPSAS 17; no MCASP 6. ed.; e na Portaria STN nº 548 (STN, 2015).

Gomes e Silva (2022) analisaram o ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal dos municípios brasileiros para o ano de 2019 e identificaram que o Índice FIRJAN do Desenvolvimento Municipal (IFDM), Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) e PIB per capita, as cidades localizadas nas regiões Sudeste e Norte e a gestão municipal com viés de ideologia partidária de Centro Esquerda influenciam na nota do Ranking.

Silva et al. (2022) analisou a adoção das IPSAS em 73 países e quais fatores institucionais culturais e políticos que influenciaram na implantação. O estudo verificou uma relação positiva nos países mais desenvolvidos, com mais recursos financeiros e que investem mais em políticas públicas; por outro lado, a liberdade econômica apresentou variação negativa com a implantação das IPSAS.

Portanto, este estudo se diferencia dos demais por apresentar uma análise das prestações de contas municipais com base nas normas patrimoniais vigentes, considerando que conforme o PIPCP quanto ao aspecto patrimonial todas as mudanças já são consideradas obrigatórias para todos os municípios.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Matias-Pereira (2021), a pesquisa é um processo em que se constrói novos conhecimentos através da confirmação ou da refutação do conhecimento já existente. Nesse processo, busca-se o conhecimento através de um conjunto de atividades orientadas e planejadas.

Nessa seção serão apresentados a classificação da pesquisa, os aspectos metodológicos utilizados para criação do índice da qualidade da informação contábil, caracterização dos dados, assim como o corte temporal dado ao estudo e o processo de coleta de dados.

3.1 Classificação da Pesquisa

De acordo com Gil (2008) método é o “caminho para se chegar a determinado fim” e método científico é “o conjunto dos procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Esta pesquisa teve como objetivo geral desenvolver a partir da literatura um indicador que apresente o nível de qualidade dos demonstrativos contábeis dos municípios mineiros e identificar a partir deste indicador os fatores que mais contribuem para explicar os níveis de qualidade encontrados. Para atingir este objetivo foi proposto uma abordagem quantitativa com a intenção de apresentar resultados com maior precisão evitando distorções na análise dos resultados (Richardson, 1989).

De acordo com Richardson (1989) o método quantitativo de pesquisa utiliza de quantificação na coleta de informações e no tratamento de dados, utilizando técnicas estatísticas simples e avançadas. Os métodos estatísticos expressam em termos numéricos a probabilidade de acerto e a margem de erro de uma determinada conclusão, reforçando às conclusões obtidas através da observação e experimentação (Gil, 2008).

Quanto a classificação por objetivos a pesquisa classifica-se como descritiva pois tem o intuito de detalhar as características de uma população ou fenômeno e as relações existentes entre as variáveis (Gil, 2008).

Quanto a estratégia a pesquisa classifica-se como bibliográfica e documental. A estratégia da pesquisa bibliográfica se caracteriza pela análise artigos, dissertações, teses e livros, com o intuito de embasar o estudo. A estratégia documental está relacionada a análise de legislações e normas.

3.2 Coleta de dados

Antes e durante o período da coleta de dados foram realizados levantamentos de trabalhos científicos que versam sobre o tema qualidade da informação, sendo a busca realizada por meio dos portais digitais de pesquisa acadêmica “scielo.br” e “scholar.google.com.br”.

Foram utilizadas as expressões de busca “qualidade da informação contábil”, “prestação de contas” e “reforma contábil”. O arcabouço teórico coletado foi utilizado como base para a construção do índice de qualidade da informação contábil e do checklist aplicado aos municípios.

O próximo passo após a criação do checklist foi coletar os Balanços Consolidados dos municípios referentes ao ano de 2020. Os Balanços Patrimoniais foram obtidos no portal do Siconfi no mês de novembro de 2022. Optou-se pelo ano de 2020 por ser o ano mais recente com informações completas dos municípios.

O portal Siconfi é acessado através do *link* direto: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf;jsessionid=0OzwiMWDfK7hXsRur56ses7g.node2, conforme apresentado na Figura 1. Ao consultar o link é possível escolher o exercício, o estado e o tipo de demonstrativo, e acessar os relatórios consolidados em formato CSV (*Comma-Separated Values*) de todos os municípios. Esse arquivo foi salvo em formato Excel para facilitar as análises.

Figura 1 – Portal Siconfi

The screenshot displays the Siconfi portal's search interface for annual accounts. The browser address bar shows the URL: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf;jsessionid=0OzwiMWDfK7hXsRur56ses7g.node2. The page header includes the Siconfi logo and navigation menus. The main content area is titled "Contas Anuais" and features several dropdown menus and input fields for filtering results:

- Exercício:** A dropdown menu set to "2020".
- Escopo:** A dropdown menu set to "Municípios do Estado".
- Municípios do Estado:** A dropdown menu set to "Minas Gerais".
- Tabela:** A dropdown menu set to "Balanço Patrimonial DCA (Anexo I-AB)".
- Período de Homologação/Retificação:** Two input fields for date selection.

At the bottom of the form, there are "Consultar" and "Voltar" buttons. A small "c4ng" logo is visible in the bottom left corner of the page content.

Fonte: Portal Siconfi (2022)

3.3 Características dos dados

O Estado de Minas Gerais está localizado na região Sudeste e possui 853 municípios, com população aproximada de 19.597.330 habitantes (Minas Gerais, 2023).

Foi realizado um acesso no portal das receitas (TCE, 2022), no endereço <https://receitas.tce.mg.gov.br>, onde foi possível obter a lista dos municípios de MG com as respectivas populações estimadas no ano de 2020. Posteriormente, foi realizada uma análise dos dados, conforme é mostrado na Tabela 1.

Média	24.962
Mediana	8269
Desvio padrão	101.190,80
Curtose	441,27
Assimetria	18,82
Intervalo	2.520.788
Mínimo	776
Máximo	2.375.151
Soma	19.597.330
Contagem	853

Fonte: Elaborada pela autora

Da tabela 1 é possível extrair um desvio padrão alto, com dados que se distanciam muito da média. A assimetria se mostra também alta, com uma distribuição irregular dos dados.

3.4 Índice de qualidade da informação contábil

Com o propósito de avaliar a qualidade da informação contábil dos municípios de MG foi necessário a utilização de uma ferramenta que permitisse quantificar as inconsistências nos balanços patrimoniais.

De acordo com Bezerra (2013), Dos Santos et al. (2011) e Guedes et al. (2020), a qualidade da informação contábil está relacionada principalmente com o atendimento dos aspectos patrimoniais da nova contabilidade aplicada ao setor público. Diante da literatura empírica e normativa reunida, foi definido como centro deste estudo o aspecto patrimonial da informação contábil.

Alguns autores também avaliaram a qualidade da informação contábil no setor público através de índices.

Rodrigues (2019) construiu um “Índice de Qualidade da Informação Contábil” baseado em relatórios do Controle Interno dos municípios da amostra. A autora considerou diversos aspectos da informação contábil como de natureza orçamentária, fiscal e de auditoria.

Silva (2019) criou o “Nível de Consistência Anual” com o objetivo de “investigar o nível de consistência das informações apresentadas nos relatórios financeiros dos municípios brasileiros e sua aderência aos princípios de governança aplicada ao setor público”. Neste modelo Silva (2019) analisou além da informação patrimonial, a informação orçamentária.

O índice de qualidade da informação da STN (Brasil, 2023) avalia os aspectos patrimoniais e fiscais, além do cumprimento de prazos.

Assim, por não haver índice que apure a qualidade da informação estritamente no aspecto patrimonial da informação contábil, se fez necessário a criação do Índice de Qualidade da Informação Contábil (IQIC) para avaliar os municípios do estudo.

O primeiro passo para a criação do IQIC se deu através do desenvolvimento de um checklist (Quadro 8) com indicadores baseados no referencial teórico, considerando apenas os aspectos patrimoniais da informação contábil.

Quadro 8– Checklist de avaliação dos Municípios

	Indicadores	Fundamentação
1	As contas contábeis apresentam natureza de saldos corretos?	Para Rodrigues (2019) o saldo incorreto de contas patrimoniais compromete as características de qualidade da informação contábil de relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.
2	Há saldo e movimentação na conta estoques?	Martha et al. (2021); Piccini (2018)
3	Há registro de valores na conta bens móveis?	Segundo Rodrigues (2019) a falta de controle patrimonial dos ativos móveis e imóveis afeta as características de qualidade da informação contábil de relevância, representação fidedigna, comparabilidade e verificabilidade
4	Há registro de depreciação para bens móveis?	Para Silva (2019) o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação da depreciação são fatores importantes na comparabilidade entre municípios
5	Há registro de valores na conta bens imóveis?	Falta de controle patrimonial dos ativos móveis e imóveis (RODRIGUES, 2019)
6	Há registro de depreciação para bens imóveis?	Para Silva (2019) o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação da depreciação são fatores importantes na

		comparabilidade entre municípios
7	Há registro de créditos previdenciários a receber?	Martha et al. (2021); Piccini (2018)
8	Há movimentação nas contas de depreciação de bens móveis?	Para Silva (2019) o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação da depreciação são fatores importantes na comparabilidade entre municípios
9	Há movimentação nas contas de depreciação de bens imóveis?	Para Silva (2019) o reconhecimento e a mensuração e evidenciação da depreciação são fatores importantes na comparabilidade entre municípios
10	Há saldo nas contas de créditos da receber?	Martha et al. (2021); Piccini (2018)
11	Há movimentação nas contas de dívida ativa?	A dívida ativa é um indicador obrigatório para todos os entes da federação (SILVA, 2019)
12	Quando existe saldo de dívida ativa, há valor de ajuste para perdas?	Martha et al. (2021); Piccini (2018)
13	Há movimentação de provisões no passivo (exceto previdenciárias)?	Para Silva (2019) o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação da provisão são fatores importantes na comparabilidade entre municípios
14	Há registro de obrigações com fornecedores?	A obrigação com fornecedores é um indicador obrigatório para todos os entes da federação (SILVA, 2019)
15	Há registro de obrigações decorrentes de benefícios com empregados (13º salário, férias, férias prêmio)?	Martha et al. (2021); Forgi (2017)

Fonte: Elaborado pela autora

Para cada item do checklist foi analisado as contas contábeis elencadas no PCASP (2020) da federação, obrigatório para todos os entes desde 2014 através da Portaria STN nº 634/2013 (Brasil, 2013). Apresentamos no Quadro 9 as contas que foram verificadas para cada indicador do checklist.

Quadro 9- Contas do PCASP avaliadas

	Indicador	Conta Contábil avaliada
1	As contas contábeis apresentam natureza de saldos corretos?	Todas as contas de ativo e passivo conforme natureza de saldos do PCASP
2	Há saldo e movimentação na conta estoques?	Diferença de saldos entre os anos de 2020 e 2019 nas contas 1.1.5.0.0.00.00 e 1.2.1.4.0.00.00
3	Há registro de valores na conta bens móveis?	Saldos nas contas 1.2.3.1.1.00.00
4	Há registro de depreciação para bens móveis?	Saldo nas contas 1.2.3.8.1.01.00
5	Há registro de valores na conta bens imóveis?	Saldo nas contas 1.2.3.2.0.00.00
6	Há registro de depreciação para bens imóveis?	Saldo nas contas 1.2.3.8.1.02.00

7	Há registro de créditos previdenciários a receber?	Saldo nas contas 1.1.3.6.0.00.00, 1.2.1.1.1.06.00, 1.2.1.1.2.06.00, 1.2.1.1.3.06.00 e 1.2.1.1.5.06.00
8	Há movimentação nas contas de depreciação de bens móveis?	Diferença de saldos entre os anos de 2020 e 2019 nas contas 1.2.3.8.1.01.00
9	Há movimentação nas contas de depreciação de bens imóveis?	Diferença nos saldos entre os anos de 2020 e 2019 nas contas 1.2.3.8.1.02.00
10	Há saldo nas contas de créditos da receber?	Saldo nas contas 1.1.2.0.0.00.00, 1.1.3.0.0.00.00, 1.2.1.1.0.00.00 e 1.2.1.2.0.00.00
11	Há movimentação nas contas de dívida ativa?	Saldo nas contas 1.1.2.5.0.00.00, 1.1.2.6.0.00.00, 1.2.1.1.1.04.00, 1.2.1.1.1.05.00, 1.2.1.1.2.04.00, 1.2.1.1.2.05.00, 1.2.1.1.3.04.00, 1.2.1.1.3.05.00, 1.2.1.1.4.04.00, 1.2.1.1.5.04.00, 1.2.1.1.5.05.00,
12	Quando existe saldo de dívida ativa, há valor de ajuste para perdas?	Saldo nas contas 1.2.1.1.1.99.00, 1.2.1.1.2.99.00, 1.2.1.1.4.99.00, 1.2.1.1.5.99.00, 1.2.1.2.1.99.00
13	Há registro de provisões no passivo (exceto previdenciárias)?	Saldo nas contas 2.1.7.0.0.00.00, 2.2.7.1.0.00.00, 2.2.7.3.0.00.00, 2.2.7.4.0.00.00, 2.2.7.5.0.00.00, 2.2.7.7.0.00.00 e 2.2.7.9.0.00.00
14	Há registro de obrigações com fornecedores?	Saldo nas contas 2.1.3.0.0.00.00, 2.2.3.0.0.00.00
15	Há registro de obrigações decorrentes de benefícios com empregados (13º salário, férias, férias prêmio)?	Saldo nas contas 2.1.1.1.1.00.00, 2.2.1.1.1.00.00

Fonte: Elaborado pela autora

Assim, foi construído o Índice da Qualidade da Informação contábil (IQIC) uma ferramenta que permite avaliar quantitativamente, através dos indicadores utilizados, a qualidade da informação contábil dos municípios.

O próximo passo foi a análise de conteúdo dos Balanços, conforme os critérios que compõe o índice de qualidade da informação contábil. As informações foram tabuladas e foi atribuído pontuação para cada indicador analisado.

Ao contrário do modelo de Piccini (2018), que utilizou para evidenciação do *disclosure* dos procedimentos do PIPCP o modelo de 0 (não evidenciou o procedimento) e 1 (evidenciou o procedimento), a métrica desenvolvida foi diminuir 1 ponto para cada município com resposta “não” do checklist.

A fim de obter meios de comparação entre os municípios, após essa primeira etapa, optou-se por aplicar o modelo de cálculo que padronize a pontuação do município, temos assim a Equação 1.

Equação 1 – Índice de Qualidade da Informação Contábil

$$IQIC_n = \frac{(15 + X_n)}{15} * 100$$

Onde:

$IQIC_n$ = Qualidade da informação contábil do município n

X_n = Soma da pontuação bruta obtida pelos municípios através do checklist

S = Pontuação máxima

As pontuações dos municípios foram armazenadas em planilha Excel e após a apuração do IQIC passou-se para o próximo passo, a análise estatística.

Depois, a fim de complementar a análise e com base no arcabouço teórico, foram selecionadas variáveis explicativas para verificar quais características podem exercer influência na qualidade da informação contábil dos municípios mineiros, conforme Quadro 9. Espera-se que as variáveis possam contribuir com entendimento de como os fatores interferem na qualidade da informação contábil, com base no IQIC.

As variáveis explicativas apresentadas no Quadro 10 foram selecionadas com base na literatura sobre o tema, tendo em vista que as características dos municípios podem influenciar o IQIC.

Rodrigues (2019) utilizou as variáveis explicativas População, Receita Arrecadada e Auditoria Interna e constatou que a variável Auditoria Interna não auxilia na redução de irregularidades e no aumento da qualidade da informação contábil. Não houve relação significativa também entre a população e a ocorrência de irregularidades para Rodrigues (2019), contrariando os estudos de Yilmaz (2006, apud Rodrigues, 2019) e Reginato et al. (2011, apud Rodrigues, 2019). O resultado encontrado por Rodrigues (2019) com relação a Receita Arrecadada indica uma relação positiva, onde quanto maior a arrecadação, maior as chances de ocorrer irregularidades, diminuindo assim a qualidade da informação contábil.

Da mesma forma, o estudo de Kronbauer et al. (2011) constatou que quanto maior a receita arrecadada e o tamanho populacional mais irregularidades foram apontadas pelo TCE/RS.

Gomes e Silva (2022) analisaram a nota do Ranking da STN com o tamanho da população do município, estabelecendo a hipótese com relação positiva entre o porte do município e a nota do Ranking. Os achados de Silva (2019) também constataram uma relação positiva forte entre a população e a qualidade da informação contábil.

O índice construído por Piccini et al (2022) denominado de Índice de Evidenciação de Atendimento do Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (IEA-PIPCP) é influenciado positivamente pela existência do controle interno nos municípios. Maior (2020) sugere também que há uma relação positiva entre a implantação dos PCPs e o controle interno.

Quadro 10 – Variáveis Analisadas

Nome	Sigla	Função	Tipo da Variável	Descrição	Valores	Fonte	Relação esperada
Índice de Qualidade da Informação Contábil	IQIC	Dependente	Quantitativa	Índice de Qualidade da Informação Contábil	Índice de 0 a 100%	Autora	-
População	POP	Independente	Quantitativa	Quantidade de habitantes	Logaritmo da quantidade de habitantes	TCE (2020)	positiva
Receita	REC	Independente	Quantitativa	Receita Arrecadada	Logaritmo da receita arrecadada	TCE (2020)	positiva
Contabilidade	CONT	Independente	Qualitativa Nominal	A Prefeitura possui um setor de Contabilidade como atuação e atividades do controle interno?	Variável <i>dummy</i> 0 = "Não"; 1 = "Sim"	IBGE (2019)	positiva
Administração do Patrimônio	ADPAT	Independente	Qualitativa Nominal	A Prefeitura realiza atividades relacionadas à Administração do Patrimônio para fins de controle interno?	Variável <i>dummy</i> 0 = "Não"; 1 = "Sim"	IBGE (2019)	positiva
Estoques e Almoxarifado	ESTALM	Independente	Qualitativa Nominal	Atuação e atividades do controle interno - Estoques e Almoxarifado	Variável <i>dummy</i> 0 = "Não"; 1 = "Sim"	IBGE (2019)	positiva
Auditoria governamental	AGOV	Independente	Qualitativa Nominal	Funções do Controle Interno – Auditoria Governamental	Variável <i>dummy</i> 0 = "Não"; 1 = "Sim"	IBGE (2019)	positiva
Controladoria	CONTR	Independente	Qualitativa Nominal	Funções do Controle Interno - Controladoria	Variável <i>dummy</i> 0 = "Não"; 1 = "Sim"	IBGE (2019)	positiva
Profissional Efetivo	VINC	Independente	Qualitativa Nominal	Vínculo do profissional de Contabilidade é efetivo	Variável <i>dummy</i> 0 = "Não"; 1 = "Sim"	TCEM G (2021)	positiva
Existência de Controle Interno	CONTINT	Independente	Qualitativa Nominal	Existência de Controle Interno	Variável <i>dummy</i> 0 = "Não"; 1 = "Sim"	TCEM G (2021)	positiva

Fonte: Elaborado pela autora

Os dados referentes as variáveis independentes foram obtidas no portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), referente ao ano de 2019, através do canal Fale com o TCE-MG referente ao ano de 2021 e do Portal de receitas do TCE-MG referente ao ano de 2020.

3.5 Matriz de amarração

O Quadro 11 apresenta a matriz de amarração, ilustrando os objetivos do estudo, as fontes de dados, os instrumentos de coleta de dados e as técnicas de análise de dados.

Quadro 11– Matriz de amarração

Problema de pesquisa: qual o nível de qualidade dos demonstrativos contábeis dos municípios mineiros e quais os fatores que influenciam?			
Objetivo geral: desenvolver a partir da literatura um indicador que apresente o nível de qualidade dos demonstrativos contábeis dos municípios mineiros e identificar a partir deste indicador os fatores que mais contribuem para explicar os níveis de qualidade encontrados.			
Objetivos específicos	Fonte de dados	Instrumentos de coleta de dados	Técnicas de análise de dados
Apresentar as mudanças trazidas pelas Normas Contábeis Aplicadas ao Setor Público	Revisão bibliográfica	Portais de busca Scielo e Google Acadêmico	Análise bibliográfica
Desenvolver uma metodologia e propor um índice de mensuração da qualidade da informação contábil patrimonial	Revisão bibliográfica	Portais de busca Scielo e Google Acadêmico	Análise bibliográfica
Mensurar a qualidade da informação contábil patrimonial dos municípios	Dados extraídos do Siconfi	Acesso ao portal Siconfi, download dos dados em Excel	Índice de qualidade da informação contábil
Identificar as variáveis que mais influenciam na qualidade da informação contábil patrimonial dos municípios mineiros	Índice de qualidade da informação contábil e características dos municípios (IBGE)	Tabela com as informações obtidas	Estatística descritiva, análise de correlação

Fonte: Elaborada pela autora.

3.6 Técnicas de análise dos dados

Após a obtenção dos dados da pesquisa, o primeiro passo foi a análise de conteúdo dos balanços contábeis dos 853 municípios, de acordo com o checklist proposto. Os dados foram tabulados e realizado o cálculo do IQIC, conforme Apêndice 1.

A próxima etapa foram as análises estatísticas dos dados com foco no objetivo do estudo.

Foram utilizadas as técnicas estatísticas, para responder o objetivo principal da pesquisa: evidenciar as variáveis que influenciam os municípios mineiros na qualidade das prestações de contas.

Primeiramente através da estatística descritiva buscou-se compreender melhor os dados através de tabelas e gráficos, apresentando médias, desvio-padrão, mínimo e máximo obtido e distribuição de frequência. Para esta análise de dados foram realizados testes estatísticos no software *Jamovi*.

A análise de agrupamento procurou agregar a população em grupos de objeto homogêneo. Assim foi proposto o agrupamento por mesorregiões de Minas Gerais, conforme classificação do Governo do Estado de Minas Gerais (Minas Gerais, 2023) e depois procedeu-se a análise descritiva dos dados.

A análise de correlação permitiu conhecer a relação entre a variável dependente e as variáveis independentes.

Foram realizados também a regressão linear simples e múltipla e o teste de diferença entre médias através do software *Stata*.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao buscar a criação de um índice da qualidade da informação contábil nos municípios de MG e os fatores que podem influenciar esse índice, discutiu-se a qualidade da informação contábil no aspecto patrimonial com base nos balanços patrimoniais dos municípios.

Os resultados que serão apresentados a seguir foram obtidos após a utilização da metodologia descrita na seção 3, com a criação do IQIC e análise dos balanços patrimoniais dos 853 municípios de MG, referente ao ano de 2020. Serão utilizados dois grupos de técnicas estatísticas para consecução do objetivo proposto: estatística descritiva e correlação.

4.1. Estatística Descritiva

Todos os municípios de MG enviaram seus balanços patrimoniais ao portal Siconfi. Os resultados mostraram que a média encontrada de IQIC foi 60, sendo o índice máximo atingido pelo município de Belo Horizonte (100), que atendeu todos os quesitos. Em contrapartida, os municípios de Sobrália e Vargem Bonita obtiveram o menor IQIC (13). A Tabela 2 apresenta a estatística descritiva do IQIC dos municípios.

Tabela 2 – Estatística Descritiva do IQIC

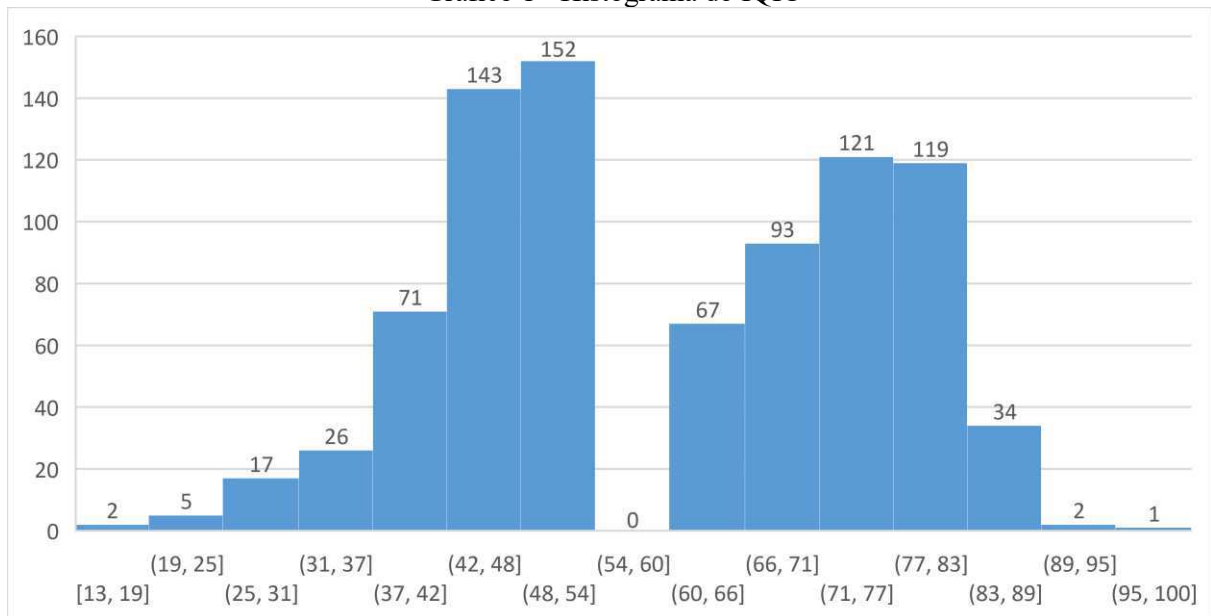
	Quantidade	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Municípios	853	60	15.75458	13	100

Fonte: Elaborada pela autora.

Através da distribuição de frequência e da representação gráfica dos índices dos municípios (Gráfico 1) apurou-se que 416 municípios apresentaram IQIC abaixo de 53, e 51% apresentaram IQIC maior que a média.

Em síntese, de acordo com os dados, constatamos que apenas 4% dos municípios mineiros obtiveram IQIC acima de 80, representando uma deficiência na qualidade da informação contábil dos municípios mineiros.

Gráfico 1 - Histograma do IQIC



Fonte: Elaborado pela autora.

Dos indicadores analisados no checklist, o registro das provisões no passivo (I13) apresentou menor evidenciação nos balanços patrimoniais, apenas 36 municípios, enquanto o registro de créditos a receber (I10) apresentou maior evidenciação, apenas 3 municípios não evidenciaram em seus balanços patrimoniais. Outro indicador com baixa evidenciação foram os créditos previdenciários a receber (I7), sendo apresentado apenas por 87 municípios.

No primeiro indicador (I1), referente a natureza dos saldos corretos, buscou verificar se havia contas com saldos invertidos de acordo com o PCASP, obrigatório aos municípios desde 2015. Assim, foram encontrados 252 municípios com natureza de saldos invertidos, como por exemplo as contas de ativo bancos, estoques e créditos a receber com saldos de natureza credora. Houve também registro de passivos com saldos de natureza devedora.

Em relação ao estoque (I2), 54% dos municípios evidenciaram e movimentaram contas de estoques, no curto ou no longo prazo. Alguns municípios possuíam saldos em estoques inicial e final, sem nenhuma movimentação. O estoque é comum a todas as entidades do setor público e o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação foram previstas pela Lei nº 4.320 (BRASIL, 1964), sendo considerado para avaliar a qualidade da informação contábil.

O reconhecimento dos bens móveis (I3) e imóveis (I5) está previsto desde a publicação da Lei nº 4.320 (BRASIL, 1964), e foi considerado obrigatório para os municípios com até de 50 mil habitantes em 01/01/2021, e para os municípios com mais de 50 mil habitantes em 01/01/2020 (STN, 2015). Assim, apurou-se que 832, cerca de 98% dos municípios mineiros, evidenciam em seus balanços os bens móveis e imóveis.

Porém, com relação a depreciação que também foi prevista na Lei nº 4.320 (BRASIL, 1964), o resultado não é tão satisfatório. Cerca de 58% apresentaram depreciação de bens móveis (I4) e 42% de bens imóveis (I6), mesmo sendo obrigatória para os municípios com até de 50 mil habitantes em 01/01/2021, e para os municípios com mais de 50 mil habitantes em 01/01/2020 (STN, 2015).

Além da evidenciação da depreciação, saldo inicial e final, foram analisados se houve movimentação nas contas de depreciação, sendo evidenciado por 50% dos municípios a depreciação de bens móveis (I8) e por 37% nos bens imóveis (I9).

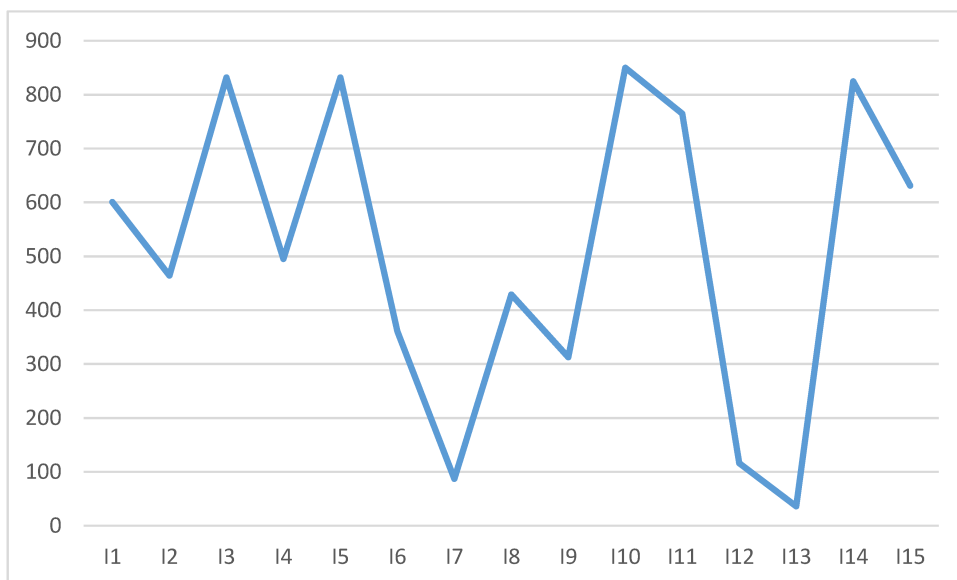
Em relação à movimentação nas contas de dívida ativa (I11), 90% evidenciaram, porém apenas 14% apresentaram o ajuste de perdas (I12), que é considerado obrigatório para todos os entes desde 2015, na data da publicação do PIPCP (STN, 2015).

O registro das obrigações com fornecedores (I14), obrigatório desde 2016 (STN, 2015), ainda não foi evidenciado pela totalidade dos municípios, apenas por 825 municípios.

As obrigações com empregados (I15), como férias, 13º salário e férias prêmio foram reconhecidas em 631 municípios.

O Gráfico 2 apresenta a pontuação total por indicador.

Gráfico 2 - Análise por indicador



Fonte: Elaborado pela autora

Realizou-se também a análise estatística descritiva no agrupamento por mesorregiões do estado, conforme classificação do IBGE (Minas Gerais, 2023): Norte de Minas, Jequitinhonha, Noroeste de Minas, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Central Mineira, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Oeste de Minas,

Campo das Vertentes, Zona da Mata e Sul e Sudeste de Minas. O Mapa 1 apresenta as mesorregiões de Minas Gerais.

Figura 2 - Mesorregiões de Minas Gerais



Fonte: Mundoeducacao.uol.com.br (2022)

Apesar do município de Belo Horizonte atingir o IQIC máximo, a região Metropolitana, composta por 105 municípios, apresentou média bem inferior, 59. A mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, teve 77 % dos municípios, com IQIC menor que 60.

A região de Campo das Vertentes apresentou menor desvio padrão enquanto o Oeste de Minas distanciou muito da média, com mínimo de 13 e máximo de 80.

Se faz necessário mais estudos sobre a influência da localização das cidades para inferir que a região exerce influência na qualidade da informação contábil. Sabe-se através do estudo de Gomes e Silva (2022) os municípios das regiões Sudeste e Norte apresentam menores notas no ranking de qualidade da informação da STN, e que 51 municípios da região sul estão entre os 100 primeiros no ranking.

Na Tabela 3 é apresentada a estatística descritiva das mesoregiões de MG.

Tabela 3- Estatística Descritiva das Mesorregiões de MG

	Campo das Vertentes	Vale do Jequitinhonha	Sul / Sudoeste de Minas	Norte de Minas	Metropolitana de Belo Horizonte	Noroeste de Minas	Zona da Mata Mineira	Oeste de Minas	Vale do Rio Doce	Central Mineira	Vale do Mucuri	Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
N	36	51	146	89	105	19	142	44	102	30	23	66
Média	68.3	67.6	63.4	61	59.7	59.6	58.8	57.5	56.6	56.2	55.1	50.1
Mediana	73.0	73	67.0	60	60	60	60.0	56.5	53.0	53.0	60	47.0
Desvio-padrão	11.2	14.9	16.0	16	15.6	13.0	15.4	17.7	14.1	15.9	12.7	14.4
Mínimo	47	40	27	20	27	33	27	13	13	27	27	20
Máximo	80	87	87	87	100	80	87	87	80	87	80	93

Fonte: Elaborada pela autora

4.2. Análise de Correlação e Regressão

A análise de correlação entre variáveis permite atingir o objetivo proposto de identificar a relação entre a qualidade da informação contábil com fatores externos.

O objetivo da análise de regressão é estimar os coeficientes $\beta_0, \beta_1, \beta_2, \beta_3, \dots, \beta_n$ para encontrar a melhor linha (ou hiperplano, no caso de múltiplas variáveis independentes) que minimize a soma dos quadrados dos resíduos (método dos mínimos quadrados).

Uma vez que os coeficientes são estimados, podemos usar o modelo para fazer previsões ou inferências sobre o efeito das variáveis independentes na variável dependente. Também podemos realizar testes de significância estatística para avaliar se as variáveis independentes têm um efeito significativo em Y.

Assim, especificou-se o modelo a seguir (Equação 2):

Equação 2 – Regressão Múltipla das variáveis

$$IQIC = \beta_0 + \beta_1 POP + \beta_2 REC + \beta_3 CONT + \beta_4 ADPAT + \beta_5 ESTALM + \beta_6 AGOV + \beta_7 CONTR + \beta_8 VINC + \beta_9 CONTINT + \varepsilon$$

Onde:

IQIC é a variável dependente

POP, REC, CONT, ADPAT, ESTALM, AGOV, CONTR, VINC e CONTINT são os indicadores, as variáveis independentes (também chamadas de preditoras ou regressoras) que são usadas para prever IQIC.

Para operacionalização dos dados, utilizou-se o *software Stata*, conforme é apresentado na Tabela 4.

Tabela 4- Matriz de Correlações das Variáveis Independentes

Variável I	REC	POP	VINC	CTINT	ESTLM	ADPT	CONT	AGV	CNTR
REC	1,0000								
POP	0,7304*	1,0000							
VINC	0,1917*	0,0970*	1,0000						
COINT	0,0283	0,0233	0,0296	1,0000					
ESLM	0,0615	0,0539	0,0842*	0,0515	1,0000				
AAPT	0,0395	0,0294	0,0692*	0,0748*	0,5489*	1,0000			
CONT	-0,0285	0,0138	0,0544	0,0642	0,3243*	0,3303*	1,0000		
AGOV	0,0870*	0,0564	0,0418	0,0193	0,2185*	0,2336*	0,1682*	1,0000	
CTR	0,1203*	0,0535	0,0496	-0,0139	0,1421*	0,1459*	0,1081*	-	1,0000
								0,0025	

Fonte: Elaborada pela autora

A matriz de correlações das variáveis independentes mostrou que, com exceção das variáveis POP e REC, não há pares de variáveis correlacionados fortemente. Entanto, dada a relevância das variáveis em questão na composição do IQIC, ambas foram mantidas nas análises, mesmo levando-se em conta os eventuais riscos de multicolinearidade.

O método de mínimos quadrados ordinários (MQO) fornece estimadores com propriedades desejáveis, como consistência, eficiência e não-viciosidade. É possível estimar a relação entre diversas variáveis, conforme apresentado no Tabela 5.

Tabela 5- Matriz de Correlações das Variáveis Independentes

Variáveis	MQO	QUANTÍLICA
REC	9,309392*** (1,869864)	8,894842*** (3,49298)
POP	-0,0000141 (0000148)	-0,00000262 (0,000306)
VINC	1,881422** (1,090431)	3,383272** (1,973495)
CONTINT	2,141134 (2,135562)	1,875109 (1,722423)
ESTALM	2,063603 (1,298913)	4,869487*** (1,802186)
ADAPT	0,7443872 (1,387461)	0,3415256 (2,297375)
CONT	-0,5177029 (1,304443)	-0,0650783 (2,267123)
AGOV	-0,5095511 (1,132603)	-0,0650783 (2,267123)
CONTR	0,253654 (1,680334)	-0,8776749 (1,709627)
CONSTANTE	-14.93546 (14.07103)	-1.38239 (2.679925)
F(9,42)	7,07	-13.92533 (25.75251)
Valor-P	0,0000	
R²	0,6060	
Pseudo - R²		0,0439
Observações	853	853

Fonte: Elaborada pela autora

Os resultados da regressão por mínimos quadrados ordinários mostraram que há correlação positiva entre as receitas do município e a qualidade de sua informação contábil, podendo sugerir que os municípios que detêm maiores volumes de receitas são mais fiscalizados e, por isso, apresentaram melhores níveis de ICIQ.

O mesmo ocorre com a variável VINC, que apresentou correlação positiva significativa com o IQIC, sugerindo que os municípios que tenham estrutura contábeis sob responsabilidade de servidores com vínculo funcional efetivo apresentaram índices de qualidade de informação contábil superiores.

A relação encontrada entre a receita com o IQIC diverge dos resultados encontrados por Rodrigues (2019) que indicam que quanto maior a arrecadação, maior as chances de ocorrer irregularidades, diminuindo assim a qualidade da informação contábil. Kronbauer et al. (2011) também constatou que a municípios com maior arrecadação e tamanho populacional acarreta mais irregularidades conforme apontamentos do TCE/RS.

Deve-se ressaltar que a variável ESTALM apresentou correlação positiva com IQIC com nível de significância de aproximadamente 11% (estando próximo à significância estatística mínima aceitável de 10%). Esta variável, tratada com a devida cautela, pode sugerir que as prefeituras que possuem atuação e atividades de controle interno de controle de estoques e almoxarifados tendem a apresentar níveis mais elevados de IQIC.

Neste sentido, não foram encontrados estudos específicos que sugerem essa correlação, mas o Índice de Evidenciação de Atendimento do Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (IEA-PIPCP) construído por Piccini et al (2022) é influenciado positivamente pela existência do controle interno nos municípios. Maior (2020) sugere também que há uma relação positiva entre a implantação dos PCPs e o controle interno.

As demais variáveis não apresentaram correlações significantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo avaliar a qualidade da informação dos municípios mineiros com base na literatura normativa e empírica. É notório que as alterações promovidas na Contabilidade Pública buscaram acima de tudo oferecer ao cidadão informações contábeis com uma melhor compreensão pela proximidade com as informações fornecidas pelo setor privado.

Para realização desse objetivo trouxemos no referencial teórico as mudanças trazidas pelas Normas Contábeis Aplicadas ao Setor Público no que tange ao aspecto patrimonial e o arcabouço teórico sobre o tema, além dos estudos sobre a qualidade da informação contábil.

Com base nessas informações iniciais foi desenvolvido uma ferramenta que permitiu identificar e quantificar as inconsistências nas informações prestadas pelos municípios de Minas Gerais. Através do índice desenvolvido foi possível apurar a qualidade da informação contábil dos municípios mineiros e realizar análises estatísticas dos resultados encontrados, além de identificar possíveis fatores externos que contribuíram para os resultados.

A base de dados das informações contábeis foi extraída do Siconfi referente ao ano de 2020 e as variáveis independentes foram obtidas no site do IBGE e através do Fale Conosco do TCE-MG. Os balanços patrimoniais extraídos do Siconfi são consolidados por município, sendo que todos os 853 municípios enviaram seus balanços patrimoniais.

Vale ressaltar que com base na cronologia apresentada sobre as mudanças contábeis, o cenário atual já não deveria ser o da implementação da “nova” contabilidade pública, mas o momento de considerar os itens do PIPCP como itens de qualidade nos balanços patrimoniais, pois os prazos já se esgotaram e, portanto, são obrigatórios para todos os municípios. Por isso, ao contrário de outros estudos que avaliaram o processo de implementação nas entidades públicas consideramos que os itens do PIPCP são atributos de qualidade nos demonstrativos.

O pressuposto da pesquisa é que existe fatores que interferem na qualidade da informação contábil. Corroborando com os resultados de Silva (2019), a análise descritiva do IQIC identificou que a Capital do Estado apresenta melhor resultado em relação aos demais municípios: Belo Horizonte foi o único município a atender 100% dos quesitos avaliados.

Na análise de agrupamento por mesorregiões, os resultados obtidos demonstraram que dentre os dez primeiros IQICs, cinco foram obtidos por municípios que pertencem a mesorregião metropolitana de Belo Horizonte. Porém, não é possível afirmar que a localidade seja um fator determinante para o IQIC já que a mesorregião metropolitana de Belo Horizonte apresentou média de 59,7 e um dos menores IQICs, 27.

Outro achado foi a mesorregião de Campo das Vertentes que apresentou a maior média (68,3) de IQICs, porém o município mais bem colocado da mesorregião, Conceição da Barra de Minas, encontra-se em 85º em relação aos demais.

A mesorregião de Noroeste de Minas que ficou em 5º na média, teve seu primeiro município a aparecer no ranking na posição de 152º, o município de Unaí.

Diferente do estudo de Bezzerro Filho e Braga (2016) que analisou o nível de convergência dos municípios pernambucanos e encontrou relação da convergência apenas com o tamanho do município, a análise de correlação do IQIC com as variáveis independentes apresentou correlação significativa com a receita arrecadada; porém nenhuma relação foi confirmada através da regressão múltipla.

O estudo também revelou os assuntos que merecem maior prudência. A evidenciação dos créditos a receber e o reconhecimento dos bens móveis e imóveis apresentaram melhor desempenho, podendo levar a conclusão que já não será necessário dar destaque; ao contrário, as provisões é um tema que precisa ser mais bem explorado, auxiliando os municípios através de capacitação, palestras e quaisquer outros meios de conhecimento. Um item que chama a atenção são os “saldos incorretos” por não ser um item novo para os contadores, por ser intrínseco da Teoria da Contabilidade.

Vale ressaltar que a avaliação dos indicadores se deteve ao registro das informações em balanço patrimonial, sem analisar os dados em profundidade. Assim, por exemplo, apesar do quesito de reconhecimento bens móveis e imóveis apresentar maior evidenciação, através dessa análise não é possível identificar se os critérios de mensuração do patrimônio estão seguindo as normas contábeis. Da mesma forma, verificou-se que os créditos a receber evidenciados por 850 municípios apresentam algumas inconsistências, com valores desproporcionais ao porte do município.

Destacamos também que os dados do Siconfi são consolidados, ou seja, os balanços patrimoniais abrangem as informações da administração direta e indireta do município. Para pesquisas futuras, sugere-se que os dados sejam analisados segregados por esferas, possibilitando uma melhor comparação entre si, segregando em Câmara Municipal, Institutos de Previdência, Autarquia, Fundação e Empresa Pública, a fim de promover uma comparação.

Além disso, este estudo foi limitado por dados de apenas um estado brasileiro, sugerimos, portanto, para trabalhos futuros à utilização deste índice nos demais municípios brasileiros com o intuito de traçar um panorama da qualidade da informação. Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas possam abordar a qualidade da informação contábil

através de um estudo comparativo com uma sequência de anos para se apurar a evolução desses municípios.

Outra sugestão é a realização de estudos de casos em que seja possível atestar a fidedignidade da informação divulgada, ou seja, averiguar se a informação corresponde à informação de origem.

Esta pesquisa teve grande contribuição para a literatura por apresentar um método de avaliação da contabilidade pública que pode ser aplicado tanto para municípios de pequeno, quanto de médio e grande porte, bem como para estados da Federação, a fim de desenvolver um ranking que pode ser utilizado nacionalmente e anualmente para avaliação dos aspectos patrimoniais da contabilidade pública, já que conforme identificou Camargos Junior (2023), em busca da legitimidade, a construção de rankings contribui para o aprimoramento da informação.

A Teoria Institucional serviu como base para consolidar o entendimento que as normas técnicas por si só não levam a implantação de novos procedimentos e melhorias para a contabilidade pública, corroborando com Piccini et al (2022). As pressões coercitivas exercem maior influência neste meio.

Os tribunais de contas possuem legitimidade na sociedade, segundo Lino et al. (2019) pois são tidos como protetores da probidade e da legalidade. A aprovação das contas pelos tribunais de contas é o instrumento que atribui a legitimidade aos municípios, segundo Lino et al. (2019). Neste sentido, apontamos a importância dos tribunais para a efetiva elevação na qualidade da informação contábil dos municípios. Lino et al. (2019) destacou a importância do envolvimento desses “atores com poder” e das fontes de legitimação.

Por fim, os números apontados não têm o intuito de criar julgamento de valor aos municípios estudados. O objetivo do IQIC é sugerir um parâmetro para avaliar a qualidade da informação patrimonial dos entes federativos.

Também, o estudo apresentado não tem a finalidade de esgotar o assunto da qualidade da informação contábil, mas trazer amplitude ao campo de pesquisa buscando contribuir neste sentido.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. F. **Informação pública como instrumento de controle social: o nível de qualidade da informação disponível nos portais da transparência dos municípios paraibanos**. 2013. 195 p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Aprendentes) – Centro de Educação – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB-2_446e796decd34cc992762e278c8f16eb. Acesso em: 10 jun. 2022.

ARAÚJO, D. J. C. **Um estudo referente às constatações em relatórios emitidos pelas unidades de controle interno de municípios brasileiros a partir das perspectivas do COSO II**. 2015. 179 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14084>. Acesso em: 06 abr. 2022.

AUGUSTINHO, S. M.; DE OLIVEIRA, A. G. A informação contábil pública como instrumento de controle social: a percepção de líderes comunitários da cidade de Curitiba. **Revista de Informação Contábil**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 49-68, abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/13335>. Acesso em: 10 jun. 2022.

AZEVEDO, R. R. de. **Resistências ao planejamento de resultados e a lógica orçamentária dominante em municípios**. 2016. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016. doi: <https://doi.org/10.11606/T.96.2017.tde-02032017-111312>. Acesso em: 2022-09-11.

AZEVEDO, R.; LINO, A. O distanciamento entre as Normas de Auditoria e as práticas nos Tribunais de Contas. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, [S. l.], v 13, n 2, p. 9-27, 2018. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v13i2.13665

BATISTA NETO, A. P. *et al.* **Transparência ativa: qualidade das informações contábeis divulgadas no portal de transparência da prefeitura de Manaus/AM**. 2019. 17 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade do Estado do Amazonas, Manaus. Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/3192>. Acesso em: 10 maio 2022.

BARBOSA NETO, J. E.; COLAUTO, R. D. Teoria institucional: estudo bibliométrico em anais de congressos e periódicos científicos. **ConTexto: Contabilidade em Texto**, Porto Alegre, v. 10, n. 18, p. 63-74, jul. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/13372>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BARROS, A. de A.; ZUCCOLOTTO, R. Implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais: o caso de Santa Catarina. **Caderno de Finanças Públicas: Escola de Administração Fazendária (Esaf)**, [S.l.], n. 16, p. 91-124, dez. 2016. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3818>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BEZERRA, S. da S. **Informações contábeis de municípios: propostas para superação de erros, através de práticas alinhadas à gestão do conhecimento.** 2013. 106 p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Aprendentes) - Centro de Educação – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5888?locale=pt_BR. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRAGA, L. V. *et al.* O papel do Governo Eletrônico no fortalecimento da governança do setor público. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 59, n. 1, p. p. 05-21, 2014. DOI: 10.21874/rsp.v59i1.137. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/137>. Acesso em: 3 jun. 2022. <https://doi.org/10.21874/rsp.v59i1.137>

BRASIL. Lei nº 4.320/64. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 mar. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm. Acesso em: 28 de set. 2022.

BRASIL. Lei nº 101, de 04 de Maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 mai. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 30 de set. 2022.

CABRAL, R. A.; RIBEIRO, M. A. Análise dos apontamentos do TCE-MT nas contas públicas dos municípios da região médio norte do Mato Grosso. **Revista Unemat de Contabilidade**, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 30-53, 20 dez. 2012. DOI 10.30681/ruc.v1i2.387. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/view/387>. Acesso em: 10 mar. 2022. <https://doi.org/10.30681/ruc.v1i2.387>.

CAMARGOS JÚNIOR, P. G. de N. **Efeitos da divulgação de rankings e indicadores nas práticas contábeis dos municípios.** 2023.119 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Faculdade de Ciências Contábeis - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/37744>. Acesso em 5 jun. 2023. <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.194>

CASTRO, M. C. C. S. **Convergência das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público aos padrões internacionais: análise da evidenciação pelos estados brasileiros e pelo Distrito Federal.** 2016. 117 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-ADMMCG>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CASTRO, L. A. *et al.* Aspectos quantitativos de materialidade das informações divulgadas nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas de empresas brasileiras da indústria de alimentos processados. **Enfoque: Reflexão Contábil**, [S.l.], v. 38, n.2, p. 15-32, mai/ago. 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3071/307160601002/html/>. Acesso em 10 maio 2022. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v38i2.43096>

MOURA, G. D. de; FRANZ, L.; DA CUNHA, P. R. Qualidade da informação contábil em empresas familiares: influência dos níveis diferenciados de governança da BM&FBovespa, tamanho e independência do conselho de administração. **Contaduría y Administración**, [S.l.], v. 60, n. 2, p. 423-446, abr. 2015. Universidad Nacional Autonoma de Mexico. DOI: 10.1016/s0186-1042(15)30008-5. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0186104215300085>. Acesso em: 31 jul. 2022. [https://doi.org/10.1016/S0186-1042\(15\)30008-5](https://doi.org/10.1016/S0186-1042(15)30008-5)

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE: Revista de Administração de Empresas**, [S.l.], v. 45, n. 2, p. 74-89, abr. 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37123>. Acesso em: 02 fev. 2023.

FREIRE, M. D. de M. et al. Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, [S.l.], v. 6, n. 15, p. 3-22, 2012. DOI: 10.11606/rco.v6i15.52654. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/52654>. Acesso em: 1 jun. 2022. <https://doi.org/10.11606/rco.v6i15.52654>

FREITAS, M. A. A importância do controle patrimonial no processo de convergência as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCTSP. **Revista Paraense de Contabilidade**, Belém, PA, v. 1, n. 1, p. 28-33, 1 dez. 2016. <https://doi.org/10.36562/rpa.v1i1.13>

FREITAS, J., ALMEIDA, L., MARIELLA, C., Sá, A. IFRS no Brasil: processo de convergência às normas internacionais de contabilidade e principais impactos na qualidade da informação contábil. **Pesquisa & educação a distância**, América do Norte, 0, mar. 2023. Disponível em: <http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=2013EAD1&page=article&op=view&path%5B%5D=11084&path%5B%5D=6144>. Acesso em: 04 jul. 2023.

GAMA, J. R.; DUQUE, C. G.; DE ALMEIDA, J. E. F. Convergência brasileira aos padrões internacionais de contabilidade pública vis-à-vis as estratégias top-down e bottom-up. **Revista Adm. Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 48, n. 1, p. 183-206, 28 fev. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122014000100008>.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, N. C.; DA SILVA, M. C. Análise dos fatores explicativos do ranking da qualidade da informação contábil e fiscal. **Journal Of Globalization, Competitiveness And Governability**, [S.l.], v. 16, n. 3, p. 101-116, 14 set. 2022. Georgetown University Latin America Leadership Program. <https://doi.org/10.3232/GCG.2022.V16.N3.05>.

GRECO, M. V. D. **Contabilidade governamental brasileira no contexto da convergência aos padrões internacionais**. 2008. 120 p. Dissertação (Mestrado em Gestão empresarial) - Curso de Mestrado em Gestão Empresarial, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3933>. Acesso em: 16 abr. 2022.

GUEDES, L. C. M.; DE CASTRO, W. A.; CANEDO, K. G. Contabilidade internacional: qualidade contábil após adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil.

Research, Society And Development, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 1-27, 1 jan. 2020. Research, Society and Development. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2079>. Acesso em: 15 jan. 2023.

<https://doi.org/10.33448/rsd-v9i2.2079>.

IBGE. **Pesquisa de informações básicas municipais 2019**. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=29466>. Acesso em: 15 fev. 2023.

KRONBAUER, C. A. et al. Análise de inconsistências apontadas pelo TCE/RS em auditorias municipais: estudo do controle externo da gestão pública. **Revista de Contabilidade e Organizações**, [S.l.], v. 5, n. 12, p. 1-17, 1 ago. 2011. Universidade de São Paulo, Agência

USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34794/162239#citations>. Acesso em: 10 ago.

2022. 10.11606/rco.v5i12.34794.

DE LIMA, R. L. **A influência dos atores no processo de convergência da contabilidade pública brasileira aos padrões internacionais**. 2017. 118 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais,

Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: Disponível em:

<https://repositorio.unb.br/handle/10482/23296>. Acesso em: 16 abr. 2022.

<http://dx.doi.org/10.26512/2017.01.D.23296>

LINO, A. F. et al. A falta de trabalho institucional e mudanças organizacionais incompletas

em municípios brasileiros. **Revista De Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 53 n 2, p. 375–391, 2019. <https://doi.org/10.1590/0034-761220170404>

DA MATA, R. S.; MUNIZ, J. M. B. Adoção das IPSAS pelo Setor Público: uma análise do processo na prefeitura municipal de Vitória (ES). In: USP INTERNATIONAL

CONFERENCE IN ACCOUNTING, 21, 2021, São Paulo. **Anais...São Paulo**, SP: Fipecafi, 2021. p. 1-15. Disponível em:

<https://congressosp.fipecafi.org/anais/21UspInternational/ArtigosDownload/3061.pdf>.

Acesso em: 22 abr. 2022.

MARTHA, F. N. *et al.* Aderência dos municípios do Rio Grande do Sul ao plano de

implantação de procedimentos contábeis patrimoniais (PIPSP). In: USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 21., 2021, São Paulo. **Anais... São Paulo**, SP: Fipecafi,

2021. p. 1-19. Disponível em:

<https://congressosp.fipecafi.org/anais/21UspInternational/ArtigosDownload/3456.pdf>.

Acesso em: 24 jul. 2022.

MATIAS-PEREIRA, J. Teoria institucional aplicada à contabilidade: evolução e

perspectivas / Institutional Theory applied to accounting: Evolution and perspectives.

Brazilian Journal Of Development, [S.l.], v. 7, n. 10, p. 96651-96699, 13 out. 2021.

<https://doi.org/10.34117/bjdv7n10-127>

MELLO, M. et al. A internacionalização das Normas Contábeis Aplicadas ao Setor Público. *In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, 11., 2014, Resende. **Anais...** Resende, RJ, 2014. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/29320312.pdf>. Acesso em: 10 abril 2022

MINAS GERAIS. **Geografia**: regiões de planejamento. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pagina/geografia>. Acesso em: 03 fev. 2023.

MONTEIRO, R. P.; PINHO, J. C. da C. Percepções de especialistas sobre o processo de mudança na contabilidade de custos no setor público do Brasil. **Abcustos**: Associação Brasileira de Custos, São Leopoldo, v. 12, n. 1, p. 106-136, abr. 2017. Disponível em: <https://revista.abcustos.org.br/abcustos/article/view/424/428>. Acesso em: 24 jul. 2022.

MOREIRA, D. A. **Estudo da implantação das normas internacionais aplicadas à contabilidade pública acerca dos procedimentos contábeis patrimoniais nas prefeituras da região metropolitana de Belo Horizonte**. 2015. 59 p. Monografia (Especialização em Auditoria) - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-A3JEQ9>. Acesso em: 21 abr. 2022.

OLIVEIRA, Klenia Mendes da Silva. **O processo de convergência das normas internacionais de contabilidade e seus efeitos no brasil**: um estudo bibliométrico. 2022. 23 p. TCC (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/34632>. Acesso em: 22 maio 2023.

OULASVIRTA, L. The reluctance of a developed country to choose International Public Sector Accounting Standards of the IFAC. A critical case study. **Critical Perspectives On Accounting**, [S.l.], v. 25, n. 3, p. 272-285, maio 2014. Elsevier BV. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1045235412001347>. Acesso em: 10 maio 2023. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2012.12.001>

PEREIRA JUNIOR, H. C. **Qualidade da informação contábil: um estudo sobre a percepção dos usuários de sistemas de informação**. 2011. 100 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria Empresarial) – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/26232?show=full>. Acesso em: 09 abr. 2022.

PICCINI, A. J.; BEZERRA FILHO, J. E.; MARQUES, L. R. Disclosure dos procedimentos contábeis patrimoniais. **Sinergia** - Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, [S.l.], v. 26, n. 1, p. 49-62, 18 jan. 2022. Galoa Events Proceedings. <https://doi.org/10.17648/2236-7608-v26n1-12576>

PICCINI, A. J. **Disclosure dos procedimentos contábeis patrimoniais no setor público**: uma contribuição na identificação do estágio de adesão dos municípios brasileiros. 2018. 52 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças - FUCAPE, Vitória, 2018. Disponível em: <https://fucape.br/producao-academica-1/disclosure-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais-no-setor-publico-uma-contribuicao-na-identificacao-do-estagio-de-adesao-dos-municipios-brasileiros-2/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

PICCOLI, M. R. E.; DO PRADO, G. H. A. Controle interno municipal: uma análise nas prestações de contas dos municípios do meio oeste catarinense - AMMOC. **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade**, Santa Catarina, v. 12, n. 31, p. 2096-2120, abr. 2018. Disponível em: https://patronus.cnt.br/uploads/arquivos_downloads/20210121_7iodnl4j.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

RAAD, L. et al. Análise institucional da influência do FMI sobre a convergência às IPSAS pelo Brasil. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, [S.l.], v. 9, n. 17, p. 203-224, 23 out. 2020. Universidade do Estado do Mato Grosso - UNEMAT. DOI: 10.30681/ruc.v9i17.4335. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/view/4335>. Acesso em: 08 abr. 2022.

RIBEIRO, J. P. M.; COSTA JUNIOR, I.; CALDAS, A. J. R. Processo de institucionalização das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público: uma comparação dos estudos brasileiros e de países membros da OECD. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, v. 1, n.144, 20 nov. 2018. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/processo-de-institucionalizacao-das-normas-internacionais-de-contabilidade-aplicadas-ao-setor>. Acesso em: 01 jul. 2023.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RODRIGUES, J. M.; NIYAMA, J. K. Qualidade da informação contábil: uma análise da adoção dos padrões internacionais de contabilidade pelos países que compõe o G-7 e BRICS. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 37, n. 4, p. 33-48, 21 dez. 2018. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v37i4.34646>.

RODRIGUES, S. V. M. **Análise da qualidade da informação contábil das prefeituras brasileiras e dos fatores que a influenciam**. 2019. 110 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33894>. Acesso em: 06 abr. 2022.

ROSSONI, L. O que é legitimidade organizacional? **Organizações & Sociedade**, [S.l.], v. 23, n. 76, p. 110-129, mar. 2016. DOI: 10.1590/1984-9230766. Disponível em: <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:146414218>. Acesso em: 20 dez. 2022.

NEVES, F. R.; GÓMEZ-VILLEGAS, M. Reforma contábil do setor público na América Latina e comunidades epistêmicas: uma abordagem institucional. **Revista de Administração Pública**, [S.l.], v. 54, n. 1, p. 11-31, jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/DF87PzwVmJFJvPd6xR8Dnpc/?lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2022.

SANTANA, Ed W. F de. **A utilização da informação contábil como um instrumento de controle social dos municípios paraibanos com mais de 50.000 habitantes**. 2008. 122 p., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós- Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília/Universidade Federal da Paraíba/Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2561>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SANTOS, C. B.; ALMEIDA, K. K. N. Análise introdutória das mudanças provocadas na contabilidade pública pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. *Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 21, 15 dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.18696/reunir.v2i1.40>

SANTOS, L. P. G. dos *et al.* Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 56, n. 22, p. 174-188, maio 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/dkxwvckYX5sfX4V4sSZChrC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SASSO, Maiara. **Adoção das normas de contabilidade oriundas do processo de convergência às IPSAS: respostas estratégicas de governos estaduais**. 2017. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.12.2017.tde-28062017-113405. Acesso em: 17 maio 2023.

SANTOS FILHO, M. F.; MOURA, T. de. Processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público: uma análise sob a percepção dos profissionais contábeis. **Revista Razão Contábil e Finanças**, S.l, v. 14, n. 1, p. 1-22, jan. 2023. Disponível em: <http://periodicos.uniateneu.edu.br/index.php/razao-contabeis-e-financas/index>. Acesso em: 13 abr. 2023.

SEDIYAMA, G. A. S.; AQUINO, A. C. B. de; LOPES, G. B. A difusão das mudanças na contabilidade pública em municípios. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, ano 2017, v. 28, n. 2, p. 78-100, 2 fev. 2018. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/4656>. Acesso em: 3 abr. 2022.

SILVA, C. C. da. **O nível de consistência das informações financeiras dos municípios brasileiros**. 2019. 83 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública), Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/27693>. Acesso em: 05 abr. 2022

SILVA, M. A. C. *et al.* Fatores condicionantes da adoção dos padrões internacionais de contabilidade do setor público – IPSAS. **Contabilidade Gestão e Governança**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 103-122, 29 abr. 2022. *Revista Contabilidade Gestao e Governanca*. DOI: 10.51341/1984-3925_2022v25n1a6. Disponível em: <https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/2771>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SILVA, M. P. A. e; CARREIRO, R. A qualidade da informação pública: uma análise do grau de transparência dos portais de cinco estados brasileiros. **Comunicologia: Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília**, Brasília, p. 3-23, 03 dez. 2013. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/5276>. Acesso em: 14 abr. 2022.

SILVA, N. P. da; MAZZIONI, S.; VARGAS, L. A. Qualidade da informação contábil: uma análise das empresas de utilidade pública listadas na B3. *CONTABILOMETRIA - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting*, Monte Carmelo, v. 7, n. 1, p. 61-76, jan.-jun./2020

SILVA FILHO, G. M. da; BARBOSA, M. B.; PEREIRA, T. R. L. Adoção das normas internacionais de contabilidade: análise do impacto nos indicadores econômico-financeiros no setor de energia elétrica. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, Monte Carmelo, v. 7, n. 27, p. 19-35, abr. 2019. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/rac/article/view/1750>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SOARES, M. *et al.* O emprego da análise de balanços e métodos estatísticos na área pública: o ranking de gestão dos municípios catarinenses. **Revista de Administração Pública**, [S.l.], v. 45, n. 5, p. 1425-1443, out. 2011. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s0034-76122011000500008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/VphvXZGXT6gwRQs88T96yVN/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 23 abr. 2022.

SOEIRO, T. de M. **Pesquisa institucional em contabilidade: uma revisão nos principais periódicos nacionais e internacionais**. 2015. 145 p. Dissertação (Mestre em Ciências Contábeis), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14036>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SOUZA, R. J. de *et al.* Avaliação da Qualidade das Informações disponibilizadas no Portal da Transparência do Estado do Ceará. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S.L.], v. 24, n. 54, p. 91-104, 2018. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). DOI: 10.5007/1518-2924.2019v24n54p91. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019v24n54p91>. Acesso em: 10 maio 2022.

STN. **Ranking da qualidade da informação contábil e fiscal no SICONFI**. Disponível em: <https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

STN. **Portaria nº 634, de 19 de novembro de 2013**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/conteudo.jsf?id=23>
Acesso em 30 mar. 2022

STN. **Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: https://cdn.tesouro.gov.br/sistemas-internos/apex/producao/sistemas/thot/arquivos/publicacoes/30193_957727/Portaria%20STN%20548%202015%20PIPCP.pdf?v=341. Acesso em 30 mar. 2022

STN. **Portaria nº 549, de 7 de agosto de 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-549-de-9-de-marco-de-2022-384843026>. Acesso em: 20 abr. 2022.

TARDOQUE, P. R. A qualidade da informação contábil na administração pública: uma proposta de melhoria da divulgação da informação, com enfoque nos atos de gestão. 2011. 112 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - FECAP - Faculdade Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://tede.fecap.br:8080/handle/tede/487>. Acesso em: 15 abr. 2022.

TCE-MG. Receitas. Disponível em: <https://receitas.tce.mg.gov.br/>. Acesso em: 5 out. 2022.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A institucionalização da Teoria Institucional. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. Handbook de estudos organizacionais. V. 1, São Paulo: Atlas, 1999, P. 196-219

Apêndice A: IQIC, população e receita arrecadada dos municípios de Minas Gerais

Município	IQIC	População	Receita Arrecadada
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - MG	100	2512070	12.736.799.948,22
Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas - MG	93	3606	30.124.681,93
Prefeitura Municipal de Patos de Minas - MG	93	152488	575.990.307,60
Prefeitura Municipal de Albertina - MG	87	3007	17.519.198,51
Prefeitura Municipal de Alvinópolis - MG	87	15203	45.452.374,92
Prefeitura Municipal de Berilo - MG	87	11932	29.490.158,05
Prefeitura Municipal de Bom Despacho - MG	87	50605	176.359.099,91
Prefeitura Municipal de Bueno Brandão - MG	87	11001	33.638.839,25
Prefeitura Municipal de Cambuí - MG	87	29551	100.986.967,19
Prefeitura Municipal de Congonhas - MG	87	54762	524.795.866,33
Prefeitura Municipal de Contagem - MG	87	663855	2.369.511.211,75
Prefeitura Municipal de Coração de Jesus - MG	87	26602	68.774.427,56
Prefeitura Municipal de Datas - MG	87	5410	19.409.408,19
Prefeitura Municipal de Guaraciaba - MG	87	10324	27.890.236,27
Prefeitura Municipal de Heliódora - MG	87	6558	23.429.708,29
Prefeitura Municipal de Itinga - MG	87	14990	38.266.009,66
Prefeitura Municipal de Jacutinga - MG	87	25979	99.210.378,76
Prefeitura Municipal de Jaíba - MG	87	38909	90.842.597,60
Prefeitura Municipal de Janaúba - MG	87	71648	231.242.978,75
Prefeitura Municipal de Jenipapo de Minas - MG	87	7692	21.266.787,84
Prefeitura Municipal de Jequitinhonha - MG	87	25391	69.730.460,70
Prefeitura Municipal de Matias Barbosa - MG	87	14468	50.357.389,27
Prefeitura Municipal de Monsenhor Paulo - MG	87	8688	28.628.076,99
Prefeitura Municipal de Pai Pedro - MG	87	6089	22.064.463,71
Prefeitura Municipal de Pará de Minas - MG	87	93969	322.005.969,20
Prefeitura Municipal de Paraisópolis - MG	87	21083	58.303.862,32
Prefeitura Municipal de Passa Tempo - MG	87	8084	34.678.356,42
Prefeitura Municipal de Pedra Azul - MG	87	24324	66.347.107,89
Prefeitura Municipal de Poços de Caldas - MG	87	167397	783.703.607,98
Prefeitura Municipal de Rio Acima - MG	87	10312	64.813.732,97
Prefeitura Municipal de Rochedo de Minas - MG	87	2305	16.057.271,35
Prefeitura Municipal de Sabará - MG	87	136344	368.742.317,06
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí - MG	87	43260	109.204.218,27
Prefeitura Municipal de Senador José Bento - MG	87	1502	13.856.584,64
Prefeitura Municipal de Varginha - MG	87	135558	642.890.599,76
Prefeitura Municipal de Viçosa - MG	87	78846	287.792.449,85
Prefeitura Municipal de Visconde do Rio Branco - MG	87	42564	119.718.281,64
Prefeitura Municipal de Açucena - MG	80	9470	23.368.412,94
Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas - MG	80	13539	33.575.981,38
Prefeitura Municipal de Aimorés - MG	80	25167	79.211.690,89
Prefeitura Municipal de Andradas - MG	80	41077	129.541.628,43
Prefeitura Municipal de Angelândia - MG	80	8520	24.907.147,61

Prefeitura Municipal de Arceburgo - MG	80	10772	40.713.416,91
Prefeitura Municipal de Areado - MG	80	15070	37.279.595,13
Prefeitura Municipal de Augusto de Lima - MG	80	4869	20.884.943,68
Prefeitura Municipal de Boa Esperança - MG	80	40127	141.507.375,26
Prefeitura Municipal de Bocaina de Minas - MG	80	5090	17.907.437,77
Prefeitura Municipal de Bom Repouso - MG	80	10547	35.798.802,91
Prefeitura Municipal de Bonito de Minas - MG	80	11230	30.816.699,12
Prefeitura Municipal de Botumirim - MG	80	6319	21.393.883,56
Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas - MG	80	11547	33.957.672,93
Prefeitura Municipal de Cachoeira de Pajeú - MG	80	9412	26.477.478,88
Prefeitura Municipal de Camacho - MG	80	2901	17.114.574,91
Prefeitura Municipal de Camanducaia - MG	80	21770	78.687.716,04
Prefeitura Municipal de Campanha - MG	80	16665	60.101.715,40
Prefeitura Municipal de Capelinha - MG	80	37784	85.787.666,30
Prefeitura Municipal de Carangola - MG	80	33000	92.815.624,87
Prefeitura Municipal de Carmo da Cachoeira - MG	80	12170	34.993.725,98
Prefeitura Municipal de Carmo de Minas - MG	80	14859	42.759.315,88
Prefeitura Municipal de Carvalhópolis - MG	80	3579	21.187.516,81
Prefeitura Municipal de Catuti - MG	80	4986	20.774.269,95
Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha - MG	80	13680	44.806.540,34
Prefeitura Municipal de Coluna - MG	80	8873	24.027.631,24
Prefeitura Municipal de Conceição da Barra de Minas - MG	80	3954	15.952.734,94
Prefeitura Municipal de Conceição de Ipanema - MG	80	4574	18.257.134,17
Prefeitura Municipal de Conceição do Rio Verde - MG	80	13638	35.825.146,08
Prefeitura Municipal de Córrego Fundo - MG	80	6337	25.392.385,34
Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas - MG	80	4410	18.576.645,12
Prefeitura Municipal de Cural de Dentro - MG	80	7729	23.356.851,42
Prefeitura Municipal de Divinésia - MG	80	3417	19.694.560,91
Prefeitura Municipal de Divisa Alegre - MG	80	6786	24.777.089,99
Prefeitura Municipal de Divisa Nova - MG	80	6011	19.929.992,35
Prefeitura Municipal de Dolores de Campos - MG	80	10153	26.831.073,77
Prefeitura Municipal de Entre Rios de Minas - MG	80	15298	38.711.760,46
Prefeitura Municipal de Estiva - MG	80	11354	29.312.918,51
Prefeitura Municipal de Felício dos Santos - MG	80	4753	21.687.755,88
Prefeitura Municipal de Formiga - MG	80	67683	236.346.224,03
Prefeitura Municipal de Frei Lagonegro - MG	80	3478	16.088.314,13
Prefeitura Municipal de Fruta de Leite - MG	80	5369	18.797.613,30
Prefeitura Municipal de Frutal - MG	80	59496	183.244.108,84
Prefeitura Municipal de Gouveia - MG	80	11825	33.697.000,82
Prefeitura Municipal de Ibitiúra de Minas - MG	80	3488	15.563.137,99
Prefeitura Municipal de Icarai de Minas - MG	80	11990	26.771.562,94
Prefeitura Municipal de Inconfidentes - MG	80	7328	25.112.402,50
Prefeitura Municipal de Indaiabira - MG	80	7351	22.489.194,38
Prefeitura Municipal de Ingaí - MG	80	2767	16.573.558,25
Prefeitura Municipal de Inhapim - MG	80	24140	59.195.970,52

Prefeitura Municipal de Ipuiúna - MG	80	10079	27.347.307,09
Prefeitura Municipal de Itabirito - MG	80	51875	470.005.658,11
Prefeitura Municipal de Itamarandiba - MG	80	34735	95.994.922,76
Prefeitura Municipal de Itutinga - MG	80	3788	19.458.231,94
Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa - MG	80	18052	82.515.287,47
Prefeitura Municipal de Leopoldina - MG	80	52587	127.650.289,03
Prefeitura Municipal de Luz - MG	80	18215	59.930.583,31
Prefeitura Municipal de Machado - MG	80	42133	118.896.366,89
Prefeitura Municipal de Madre de Deus de Minas - MG	80	5098	24.315.537,74
Prefeitura Municipal de Mata Verde - MG	80	8586	24.151.654,32
Prefeitura Municipal de Materlândia - MG	80	4459	18.686.830,05
Prefeitura Municipal de Medina - MG	80	20820	50.998.645,33
Prefeitura Municipal de Mirabela - MG	80	13589	39.447.324,23
Prefeitura Municipal de Monte Azul - MG	80	20854	59.008.173,08
Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG	80	23803	77.265.916,30
Prefeitura Municipal de Montes Claros - MG	80	409341	1.214.716.679,82
Prefeitura Municipal de Montezuma - MG	80	8249	24.841.580,13
Prefeitura Municipal de Munhoz - MG	80	6029	25.603.553,96
Prefeitura Municipal de Muriaé - MG	80	108763	390.955.889,75
Prefeitura Municipal de Nanuque - MG	80	40750	96.186.087,12
Prefeitura Municipal de Naque - MG	80	6996	25.537.310,17
Prefeitura Municipal de Natércia - MG	80	4730	20.242.334,05
Prefeitura Municipal de Nazareno - MG	80	8608	30.564.326,35
Prefeitura Municipal de Nova Porteirinha - MG	80	7500	23.738.614,82
Prefeitura Municipal de Nova Serrana - MG	80	102693	302.261.026,29
Prefeitura Municipal de Novorizonte - MG	80	5299	20.248.563,77
Prefeitura Municipal de Ouro Fino - MG	80	33639	82.488.516,16
Prefeitura Municipal de Padre Carvalho - MG	80	6378	20.913.754,33
Prefeitura Municipal de Paraopeba - MG	80	24540	72.099.059,38
Prefeitura Municipal de Passa Quatro - MG	80	16344	50.842.311,99
Prefeitura Municipal de Pingo-d'Água - MG	80	4941	20.431.246,80
Prefeitura Municipal de Poço Fundo - MG	80	16791	52.621.253,52
Prefeitura Municipal de Pompéu - MG	80	31812	100.485.076,92
Prefeitura Municipal de Pratápolis - MG	80	8603	30.502.979,74
Prefeitura Municipal de Presidente Kubitschek - MG	80	3002	17.105.642,85
Prefeitura Municipal de Resende Costa - MG	80	11500	36.838.237,68
Prefeitura Municipal de Ressaquinha - MG	80	4808	21.049.402,61
Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas - MG	80	30914	71.831.866,02
Prefeitura Municipal de Rio Piracicaba - MG	80	14339	79.277.275,06
Prefeitura Municipal de Rio Pomba - MG	80	17910	46.844.589,12
Prefeitura Municipal de Rubim - MG	80	10241	32.214.320,04
Prefeitura Municipal de Santa Bárbara - MG	80	31324	124.374.769,46
Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas - MG	80	7212	21.513.929,25
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Retiro - MG	80	7277	23.634.119,36
Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória - MG	80	4844	25.006.789,71

Prefeitura Municipal de São Geraldo - MG	80	12366	30.178.191,56
Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo - MG	80	10920	251.201.055,94
Prefeitura Municipal de São João del Rei - MG	80	90082	296.637.626,59
Prefeitura Municipal de São João do Pacuí - MG	80	4419	16.610.427,41
Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno - MG	80	26361	69.163.950,56
Prefeitura Municipal de São Lourenço - MG	80	45851	195.860.581,82
Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso - MG	80	70956	276.035.918,58
Prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino - MG	80	7021	30.722.334,43
Prefeitura Municipal de São Vicente de Minas - MG	80	7753	24.865.377,01
Prefeitura Municipal de Senador Amaral - MG	80	5356	21.806.207,92
Prefeitura Municipal de Serra Azul de Minas - MG	80	4293	16.205.248,71
Prefeitura Municipal de Tarumirim - MG	80	14326	36.448.297,22
Prefeitura Municipal de Timóteo - MG	80	89842	238.743.488,46
Prefeitura Municipal de Tocos do Moji - MG	80	4101	17.074.284,28
Prefeitura Municipal de Três Marias - MG	80	32356	142.527.682,08
Prefeitura Municipal de Três Pontas - MG	80	56746	191.046.538,45
Prefeitura Municipal de Turmalina - MG	80	19964	63.053.517,49
Prefeitura Municipal de Ubá - MG	80	115552	268.266.148,30
Prefeitura Municipal de Ubaporanga - MG	80	12471	32.745.128,16
Prefeitura Municipal de Uberlândia - MG	80	691305	3.053.618.183,17
Prefeitura Municipal de Unaí - MG	80	84378	323.107.903,74
Prefeitura Municipal de Urucânia - MG	80	10358	31.243.624,64
Prefeitura Municipal de Veredinha - MG	80	5720	24.688.531,07
Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa - MG	80	13752	34.124.967,30
Prefeitura Municipal de Além Paraíba - MG	73	35362	97.124.701,05
Prefeitura Municipal de Alpinópolis - MG	73	19853	51.080.767,70
Prefeitura Municipal de Alto Jequitibá - MG	73	8317	22.673.850,18
Prefeitura Municipal de Araponga - MG	73	8439	27.156.340,88
Prefeitura Municipal de Aricanduva - MG	73	5231	19.423.413,29
Prefeitura Municipal de Baependi - MG	73	19148	65.565.025,78
Prefeitura Municipal de Betim - MG	73	439340	2.178.165.772,11
Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Penha - MG	73	4217	23.680.962,30
Prefeitura Municipal de Bom Sucesso - MG	73	17603	57.355.961,32
Prefeitura Municipal de Bugre - MG	73	3982	16.832.653,33
Prefeitura Municipal de Cabeceira Grande - MG	73	6949	37.106.640,91
Prefeitura Municipal de Caeté - MG	73	44718	116.058.069,15
Prefeitura Municipal de Campo Belo - MG	73	54029	186.912.082,20
Prefeitura Municipal de Capitólio - MG	73	8632	47.425.787,59
Prefeitura Municipal de Caputira - MG	73	9298	27.581.361,03
Prefeitura Municipal de Caraií - MG	73	23685	54.096.665,21
Prefeitura Municipal de Caranaíba - MG	73	3183	16.236.352,14
Prefeitura Municipal de Carmo do Cajuru - MG	73	22478	72.864.500,88
Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba - MG	73	30329	112.056.664,58
Prefeitura Municipal de Carrancas - MG	73	4047	19.784.681,49
Prefeitura Municipal de Cássia - MG	73	17740	59.550.946,99

Prefeitura Municipal de Catas Altas - MG	73	5376	47.293.871,41
Prefeitura Municipal de Chácara - MG	73	3154	16.203.739,43
Prefeitura Municipal de Claraval - MG	73	4843	24.895.062,90
Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves - MG	73	3434	17.436.843,49
Prefeitura Municipal de Delfinópolis - MG	73	7114	39.583.849,33
Prefeitura Municipal de Desterro de Entre Rios - MG	73	7243	26.721.539,65
Prefeitura Municipal de Dionísio - MG	73	7729	21.617.002,16
Prefeitura Municipal de Divino - MG	73	19931	53.071.211,95
Prefeitura Municipal de Divinópolis - MG	73	238230	788.717.657,81
Prefeitura Municipal de Dom Cavati - MG	73	5072	19.167.477,89
Prefeitura Municipal de Dom Joaquim - MG	73	4195	20.148.377,59
Prefeitura Municipal de Dores de Guanhães - MG	73	5169	21.826.326,28
Prefeitura Municipal de Engenheiro Navarro - MG	73	7242	22.814.969,75
Prefeitura Municipal de Entre Folhas - MG	73	5370	17.754.736,08
Prefeitura Municipal de Gameleiras - MG	73	5109	20.463.295,11
Prefeitura Municipal de Governador Valadares - MG	73	279885	1.057.217.009,90
Prefeitura Municipal de Guapé - MG	73	14245	51.935.649,19
Prefeitura Municipal de Guarda-Mor - MG	73	6580	41.043.027,50
Prefeitura Municipal de Guiricema - MG	73	8392	23.440.134,67
Prefeitura Municipal de Iapu - MG	73	11004	30.270.132,77
Prefeitura Municipal de Ibertioga - MG	73	5021	19.930.953,73
Prefeitura Municipal de Ibiá - MG	73	25199	89.186.817,16
Prefeitura Municipal de Ibiraci - MG	73	13828	45.271.909,04
Prefeitura Municipal de Ibituruna - MG	73	2989	15.723.497,87
Prefeitura Municipal de Ipaba - MG	73	18607	44.238.116,52
Prefeitura Municipal de Ipanema - MG	73	19861	55.154.054,38
Prefeitura Municipal de Itabira - MG	73	120060	707.909.062,97
Prefeitura Municipal de Itatiaiuçu - MG	73	11146	127.137.830,79
Prefeitura Municipal de Itumirim - MG	73	6023	17.479.272,16
Prefeitura Municipal de Jacinto - MG	73	12326	36.393.436,62
Prefeitura Municipal de Jacuí - MG	73	7686	25.719.319,82
Prefeitura Municipal de Japaraíba - MG	73	4350	21.851.264,43
Prefeitura Municipal de Jeceaba - MG	73	4912	67.373.962,88
Prefeitura Municipal de Jequeri - MG	73	12386	42.679.973,57
Prefeitura Municipal de João Monlevade - MG	73	79910	249.882.471,64
Prefeitura Municipal de Jordânia - MG	73	10812	25.655.116,37
Prefeitura Municipal de Juruiaia - MG	73	10563	38.582.841,96
Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata - MG	73	52165	134.709.128,12
Prefeitura Municipal de Lagoa Dourada - MG	73	13009	40.197.762,21
Prefeitura Municipal de Leme do Prado - MG	73	4918	23.057.134,27
Prefeitura Municipal de Luisburgo - MG	73	6266	22.606.500,68
Prefeitura Municipal de Luminárias - MG	73	5446	20.333.274,40
Prefeitura Municipal de Mamonas - MG	73	6543	21.697.083,18
Prefeitura Municipal de Mariana - MG	73	60724	444.723.446,80
Prefeitura Municipal de Mário Campos - MG	73	15416	46.847.015,72

Prefeitura Municipal de Matipó - MG	73	18908	47.424.409,87
Prefeitura Municipal de Mato Verde - MG	73	12459	33.076.369,49
Prefeitura Municipal de Muzambinho - MG	73	20569	66.199.486,96
Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro - MG	73	31331	68.906.035,87
Prefeitura Municipal de Olímpio Noronha - MG	73	2787	17.452.855,74
Prefeitura Municipal de Paiva - MG	73	1529	13.386.254,53
Prefeitura Municipal de Paracatu - MG	73	93158	403.834.448,02
Prefeitura Municipal de Paraguaçu - MG	73	21513	65.982.399,20
Prefeitura Municipal de Patis - MG	73	5972	20.127.024,48
Prefeitura Municipal de Pedra Bonita - MG	73	7097	24.342.388,69
Prefeitura Municipal de Pedra Dourada - MG	73	2504	17.841.548,46
Prefeitura Municipal de Pedro Teixeira - MG	73	1807	16.147.951,21
Prefeitura Municipal de Piau - MG	73	2748	16.766.477,67
Prefeitura Municipal de Piedade de Caratinga - MG	73	8566	25.497.924,06
Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova - MG	73	4140	17.454.445,31
Prefeitura Municipal de Piedade do Rio Grande - MG	73	4497	17.524.139,41
Prefeitura Municipal de Pimenta - MG	73	8660	32.184.942,65
Prefeitura Municipal de Piumhi - MG	73	34691	115.302.740,65
Prefeitura Municipal de Ponte Nova - MG	73	59742	242.125.554,72
Prefeitura Municipal de Prados - MG	73	9031	25.872.837,16
Prefeitura Municipal de Prudente de Moraes - MG	73	10733	31.289.633,97
Prefeitura Municipal de Queluzito - MG	73	1939	18.659.401,81
Prefeitura Municipal de Raul Soares - MG	73	23762	66.026.960,41
Prefeitura Municipal de Riachinho - MG	73	8136	27.245.470,85
Prefeitura Municipal de Rio Paranaíba - MG	73	12313	67.164.694,90
Prefeitura Municipal de Rio Vermelho - MG	73	12846	32.659.202,62
Prefeitura Municipal de Ritópolis - MG	73	4604	17.323.034,75
Prefeitura Municipal de Sabinópolis - MG	73	15470	46.685.406,18
Prefeitura Municipal de Salto da Divisa - MG	73	7009	23.678.917,03
Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Leste - MG	73	8147	23.089.388,90
Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Minas - MG	73	8604	20.117.139,94
Prefeitura Municipal de Santana do Manhuaçu - MG	73	8674	23.798.666,10
Prefeitura Municipal de Santana do Paraíso - MG	73	34663	83.199.073,48
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Jacinto - MG	73	11640	29.382.041,56
Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto - MG	73	3167	16.864.164,86
Prefeitura Municipal de São João da Lagoa - MG	73	4915	22.043.665,79
Prefeitura Municipal de São João do Manhuaçu - MG	73	11559	37.370.085,28
Prefeitura Municipal de São José da Barra - MG	73	7426	33.610.195,16
Prefeitura Municipal de São José do Goiabal - MG	73	5420	22.721.077,70
Prefeitura Municipal de São José do Mantimento - MG	73	2791	14.810.986,68
Prefeitura Municipal de São Miguel do Anta - MG	73	6938	21.715.029,52
Prefeitura Municipal de São Pedro da União - MG	73	4659	23.825.557,36
Prefeitura Municipal de São Sebastião da Bela Vista - MG	73	5504	32.676.424,68
Prefeitura Municipal de São Tiago - MG	73	10941	20.342.341,07
Prefeitura Municipal de Sem-Peixe - MG	73	2633	17.796.381,58

Prefeitura Municipal de Sericita - MG	73	7326	23.783.240,19
Prefeitura Municipal de Simonésia - MG	73	19633	46.923.849,71
Prefeitura Municipal de Teixeiras - MG	73	11661	29.765.176,49
Prefeitura Municipal de Três Corações - MG	73	79482	245.712.716,58
Prefeitura Municipal de Turvolândia - MG	73	5040	21.055.240,23
Prefeitura Municipal de Ubaí - MG	73	12533	31.549.059,24
Prefeitura Municipal de Uberaba - MG	73	333783	1.546.187.598,62
Prefeitura Municipal de Vazante - MG	73	20590	71.564.366,67
Prefeitura Municipal de Vespasiano - MG	73	127601	343.579.878,93
Prefeitura Municipal de Vieiras - MG	73	3608	16.941.115,38
Prefeitura Municipal de Acaiaca - MG	67	3994	18.082.104,14
Prefeitura Municipal de Almenara - MG	67	41896	103.630.131,29
Prefeitura Municipal de Antônio Carlos - MG	67	11445	28.875.595,93
Prefeitura Municipal de Antônio Prado de Minas - MG	67	1598	13.635.290,64
Prefeitura Municipal de Araújos - MG	67	9273	25.866.510,99
Prefeitura Municipal de Astolfo Dutra - MG	67	14179	37.490.882,78
Prefeitura Municipal de Baldim - MG	67	7826	22.734.365,10
Prefeitura Municipal de Bambuí - MG	67	23829	75.258.430,22
Prefeitura Municipal de Barão de Cocais - MG	67	32485	139.244.987,41
Prefeitura Municipal de Belo Vale - MG	67	7715	109.273.758,36
Prefeitura Municipal de Bicas - MG	67	14494	39.890.548,01
Prefeitura Municipal de Bocaiúva - MG	67	49979	132.932.094,83
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Galho - MG	67	14935	35.064.760,77
Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas - MG	67	5493	28.696.290,83
Prefeitura Municipal de Buenópolis - MG	67	10365	31.379.553,04
Prefeitura Municipal de Cabo Verde - MG	67	14075	35.912.529,79
Prefeitura Municipal de Caetanópolis - MG	67	11624	30.846.106,84
Prefeitura Municipal de Cajuri - MG	67	3987	20.081.423,18
Prefeitura Municipal de Caldas - MG	67	14480	41.284.660,51
Prefeitura Municipal de Campo do Meio - MG	67	11655	37.809.135,88
Prefeitura Municipal de Capetinga - MG	67	6920	22.898.195,18
Prefeitura Municipal de Carandaí - MG	67	25501	85.577.190,12
Prefeitura Municipal de Careaçú - MG	67	6757	26.003.258,87
Prefeitura Municipal de Catuji - MG	67	6311	25.847.326,44
Prefeitura Municipal de Caxambu - MG	67	21656	67.914.593,21
Prefeitura Municipal de Cipotânea - MG	67	6787	18.407.594,15
Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros - MG	67	11638	32.304.729,71
Prefeitura Municipal de Confins - MG	67	6730	39.723.538,93
Prefeitura Municipal de Conquista - MG	67	6939	33.596.090,17
Prefeitura Municipal de Córrego Novo - MG	67	2771	18.804.089,18
Prefeitura Municipal de Desterro do Melo - MG	67	2901	16.423.337,46
Prefeitura Municipal de Durandé - MG	67	7841	21.140.808,86
Prefeitura Municipal de Ervália - MG	67	18895	53.694.618,27
Prefeitura Municipal de Esmeraldas - MG	67	70552	150.367.186,48
Prefeitura Municipal de Ewbank da Câmara - MG	67	3913	16.954.576,82

Prefeitura Municipal de Extrema - MG	67	36225	371.058.458,01
Prefeitura Municipal de Frei Gaspar - MG	67	5880	21.824.944,22
Prefeitura Municipal de Gonçalves - MG	67	4350	20.320.348,19
Prefeitura Municipal de Imbé de Minas - MG	67	6903	22.144.067,06
Prefeitura Municipal de Itaguara - MG	67	13358	44.343.056,36
Prefeitura Municipal de Itamarati de Minas - MG	67	4355	19.396.651,38
Prefeitura Municipal de Itamogi - MG	67	10192	34.301.594,43
Prefeitura Municipal de Itanhomi - MG	67	12228	34.615.644,28
Prefeitura Municipal de Itaúna - MG	67	93214	343.560.981,74
Prefeitura Municipal de Itaverava - MG	67	5419	17.762.867,77
Prefeitura Municipal de Ituiutaba - MG	67	104671	387.317.128,70
Prefeitura Municipal de Jaguarapu - MG	67	3133	17.333.229,76
Prefeitura Municipal de Joáima - MG	67	15432	44.368.886,95
Prefeitura Municipal de João Pinheiro - MG	67	47452	170.814.496,43
Prefeitura Municipal de Lajinha - MG	67	19923	52.583.376,64
Prefeitura Municipal de Liberdade - MG	67	5069	19.433.467,29
Prefeitura Municipal de Lima Duarte - MG	67	16698	47.955.448,42
Prefeitura Municipal de Mar de Espanha - MG	67	12814	37.990.127,25
Prefeitura Municipal de Matias Cardoso - MG	67	11157	35.198.793,52
Prefeitura Municipal de Miradouro - MG	67	10754	30.781.449,86
Prefeitura Municipal de Moema - MG	67	7517	25.616.649,91
Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas - MG	67	21120	93.938.114,07
Prefeitura Municipal de Monte Belo - MG	67	13166	45.611.103,63
Prefeitura Municipal de Natalândia - MG	67	3311	19.793.247,32
Prefeitura Municipal de Nova Módica - MG	67	3600	21.487.181,89
Prefeitura Municipal de Nova Resende - MG	67	16723	57.206.995,72
Prefeitura Municipal de Oliveira - MG	67	41687	135.518.870,33
Prefeitura Municipal de Ouro Preto - MG	67	74281	412.764.425,18
Prefeitura Municipal de Pains - MG	67	8283	39.496.458,40
Prefeitura Municipal de Palma - MG	67	6616	20.615.556,78
Prefeitura Municipal de Pavão - MG	67	8450	21.169.349,94
Prefeitura Municipal de Pedra do Anta - MG	67	3052	16.764.602,76
Prefeitura Municipal de Perdígão - MG	67	11506	43.352.978,79
Prefeitura Municipal de Perdões - MG	67	21390	73.413.968,14
Prefeitura Municipal de Piracema - MG	67	6409	32.578.406,02
Prefeitura Municipal de Pirapora - MG	67	56428	210.891.743,15
Prefeitura Municipal de Reduto - MG	67	7154	21.798.732,78
Prefeitura Municipal de Rio do Prado - MG	67	5150	18.016.247,85
Prefeitura Municipal de Rubelita - MG	67	5995	21.915.045,69
Prefeitura Municipal de Sacramento - MG	67	26185	129.541.069,42
Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Monte Verde - MG	67	3150	16.822.459,20
Prefeitura Municipal de Santa Helena de Minas - MG	67	6366	19.494.147,98
Prefeitura Municipal de Santa Rita de Ibitipoca - MG	67	3425	17.981.157,84
Prefeitura Municipal de Santana do Garambéu - MG	67	2458	15.014.337,47
Prefeitura Municipal de São Brás do Suaçuí - MG	67	3738	20.531.546,57

Prefeitura Municipal de São Domingos das Dores - MG	67	5644	21.495.247,62
Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Pará - MG	67	12411	36.260.209,69
Prefeitura Municipal de São João do Oriente - MG	67	7498	22.138.802,16
Prefeitura Municipal de São José do Alegre - MG	67	4196	16.368.037,19
Prefeitura Municipal de São Sebastião do Anta - MG	67	6555	22.168.164,42
Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas - MG	67	4781	19.100.966,94
Prefeitura Municipal de Soledade de Minas - MG	67	6151	19.504.140,66
Prefeitura Municipal de Tiros - MG	67	6480	30.399.688,66
Prefeitura Municipal de Tombos - MG	67	8022	27.159.670,15
Prefeitura Municipal de Umburatiba - MG	67	2611	15.423.930,38
Prefeitura Municipal de Uruana de Minas - MG	67	3264	19.930.826,06
Prefeitura Municipal de Várzea da Palma - MG	67	39493	98.185.545,10
Prefeitura Municipal de Verdelândia - MG	67	9355	25.950.167,80
Prefeitura Municipal de Aiuruoca - MG	60	6003	22.712.624,77
Prefeitura Municipal de Alfenas - MG	60	79996	344.209.471,48
Prefeitura Municipal de Alpercata - MG	60	7424	24.071.562,17
Prefeitura Municipal de Andrelândia - MG	60	12224	41.725.664,91
Prefeitura Municipal de Barão de Monte Alto - MG	60	5397	21.391.918,91
Prefeitura Municipal de Barra Longa - MG	60	5131	20.315.149,07
Prefeitura Municipal de Barroso - MG	60	20810	57.368.281,48
Prefeitura Municipal de Bela Vista de Minas - MG	60	10255	36.800.759,37
Prefeitura Municipal de Bias Fortes - MG	60	3379	15.908.136,40
Prefeitura Municipal de Brasília de Minas - MG	60	32347	112.267.147,24
Prefeitura Municipal de Campos Altos - MG	60	15461	57.898.329,91
Prefeitura Municipal de Cantagalo - MG	60	4525	17.595.886,71
Prefeitura Municipal de Caratinga - MG	60	92062	254.760.334,27
Prefeitura Municipal de Carlos Chagas - MG	60	18837	66.703.902,89
Prefeitura Municipal de Carmo da Mata - MG	60	11476	34.009.644,97
Prefeitura Municipal de Casa Grande - MG	60	2257	14.428.620,26
Prefeitura Municipal de Cristiano Ottoni - MG	60	5150	19.564.805,13
Prefeitura Municipal de Curvelo - MG	60	80129	242.325.117,66
Prefeitura Municipal de Diogo de Vasconcelos - MG	60	3802	18.857.575,95
Prefeitura Municipal de Estrela Dalva - MG	60	2343	13.375.090,99
Prefeitura Municipal de Fronteira dos Vales - MG	60	4581	17.694.358,21
Prefeitura Municipal de Guanhães - MG	60	34319	112.655.820,31
Prefeitura Municipal de Guarani - MG	60	8911	31.802.734,28
Prefeitura Municipal de Guarará - MG	60	3796	17.897.394,79
Prefeitura Municipal de Itacarambi - MG	60	18153	65.037.751,47
Prefeitura Municipal de Itaipé - MG	60	12760	33.856.362,20
Prefeitura Municipal de Itapagipe - MG	60	15243	68.694.980,63
Prefeitura Municipal de Juramento - MG	60	4331	18.412.331,08
Prefeitura Municipal de Lagamar - MG	60	7613	27.905.059,41
Prefeitura Municipal de Lagoa Grande - MG	60	9532	34.013.749,96
Prefeitura Municipal de Lagoa Santa - MG	60	64527	233.882.459,49
Prefeitura Municipal de Lassance - MG	60	6512	30.390.881,73

Prefeitura Municipal de Lavras - MG	60	103773	318.358.387,34
Prefeitura Municipal de Manga - MG	60	18407	55.913.822,75
Prefeitura Municipal de Manhumirim - MG	60	22707	3.393.498,28
Prefeitura Municipal de Martinho Campos - MG	60	13388	41.824.817,31
Prefeitura Municipal de Martins Soares - MG	60	8417	24.011.926,97
Prefeitura Municipal de Matozinhos - MG	60	37820	95.802.250,04
Prefeitura Municipal de Mercês - MG	60	10739	36.318.024,40
Prefeitura Municipal de Monte Santo de Minas - MG	60	21524	57.710.207,43
Prefeitura Municipal de Nova Lima - MG	60	94889	790.367.677,96
Prefeitura Municipal de Novo Oriente de Minas - MG	60	10755	29.271.624,83
Prefeitura Municipal de Ouro Branco - MG	60	39500	144.343.934,65
Prefeitura Municipal de Ouro Verde de Minas - MG	60	5934	20.436.723,81
Prefeitura Municipal de Padre Paraíso - MG	60	20154	57.947.273,40
Prefeitura Municipal de Passos - MG	60	114679	307.693.913,15
Prefeitura Municipal de Patrocínio do Muriaé - MG	60	5684	19.325.905,47
Prefeitura Municipal de Piranga - MG	60	17626	47.551.121,09
Prefeitura Municipal de Pitangui - MG	60	27989	70.479.241,32
Prefeitura Municipal de Poté - MG	60	16555	40.490.681,95
Prefeitura Municipal de Pouso Alegre - MG	60	150737	753.248.535,15
Prefeitura Municipal de Riacho dos Machados - MG	60	9481	33.584.173,24
Prefeitura Municipal de Rio Novo - MG	60	8949	25.381.255,87
Prefeitura Municipal de Santa Rita de Caldas - MG	60	8949	26.452.431,97
Prefeitura Municipal de Santana de Pirapama - MG	60	7642	23.358.117,81
Prefeitura Municipal de Santana dos Montes - MG	60	3777	16.385.629,91
Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula - MG	60	6527	22.002.547,24
Prefeitura Municipal de São Joaquim de Bicas - MG	60	31578	112.649.139,89
Prefeitura Municipal de São Tomé das Letras - MG	60	7089	27.736.348,06
Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim - MG	60	6930	21.389.860,32
Prefeitura Municipal de Senador Cortes - MG	60	2005	15.349.468,40
Prefeitura Municipal de Senhora de Oliveira - MG	60	5786	19.804.478,73
Prefeitura Municipal de Senhora dos Remédios - MG	60	10459	24.806.637,56
Prefeitura Municipal de Silveirânia - MG	60	2261	14.566.317,92
Prefeitura Municipal de Taparuba - MG	60	3110	19.300.685,31
Prefeitura Municipal de Tocantins - MG	60	16659	46.753.823,94
Prefeitura Municipal de Vermelho Novo - MG	60	4839	18.360.659,39
Prefeitura Municipal de Água Boa - MG	53	13735	33.214.230,12
Prefeitura Municipal de Araguari - MG	53	117267	402.507.349,06
Prefeitura Municipal de Arantina - MG	53	2795	16.304.598,20
Prefeitura Municipal de Arapuá - MG	53	2834	17.075.925,00
Prefeitura Municipal de Araxá - MG	53	106229	457.523.821,11
Prefeitura Municipal de Arcos - MG	53	40092	124.103.049,94
Prefeitura Municipal de Argirita - MG	53	2727	16.906.970,78
Prefeitura Municipal de Arinos - MG	53	17875	57.831.203,31
Prefeitura Municipal de Ataléia - MG	53	12868	32.356.890,64
Prefeitura Municipal de Bandeira - MG	53	4795	19.536.667,38

Prefeitura Municipal de Barbacena - MG	53	137313	448.668.131,09
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Amparo - MG	53	6083	21.737.142,64
Prefeitura Municipal de Borda da Mata - MG	53	19412	53.855.032,26
Prefeitura Municipal de Brasilândia de Minas - MG	53	16538	43.153.254,91
Prefeitura Municipal de Braúnas - MG	53	4801	20.686.177,25
Prefeitura Municipal de Brumadinho - MG	53	40103	329.093.253,91
Prefeitura Municipal de Buritizeiro - MG	53	28056	89.541.329,14
Prefeitura Municipal de Campanário - MG	53	3721	17.712.396,28
Prefeitura Municipal de Campestre - MG	53	21055	59.708.478,94
Prefeitura Municipal de Campo Azul - MG	53	3817	17.311.506,93
Prefeitura Municipal de Campos Gerais - MG	53	28774	84.852.104,18
Prefeitura Municipal de Canaã - MG	53	4563	18.514.899,40
Prefeitura Municipal de Caparaó - MG	53	5438	21.808.215,32
Prefeitura Municipal de Capela Nova - MG	53	4653	15.995.462,15
Prefeitura Municipal de Carmésia - MG	53	2632	19.271.369,60
Prefeitura Municipal de Carmópolis de Minas - MG	53	19355	64.406.269,50
Prefeitura Municipal de Cataguases - MG	53	75123	172.188.020,91
Prefeitura Municipal de Central de Minas - MG	53	7032	21.981.309,19
Prefeitura Municipal de Chiador - MG	53	2687	19.189.790,64
Prefeitura Municipal de Cláudio - MG	53	28617	84.440.717,78
Prefeitura Municipal de Comendador Gomes - MG	53	3111	25.507.155,81
Prefeitura Municipal de Conceição das Alagoas - MG	53	27893	122.679.855,75
Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro - MG	53	17842	317.168.903,17
Prefeitura Municipal de Conceição do Pará - MG	53	5507	32.719.247,78
Prefeitura Municipal de Cônego Marinho - MG	53	7642	20.984.252,93
Prefeitura Municipal de Congonhal - MG	53	11950	32.683.934,19
Prefeitura Municipal de Coqueiral - MG	53	9159	26.694.905,76
Prefeitura Municipal de Cordislândia - MG	53	3538	16.505.576,52
Prefeitura Municipal de Corinto - MG	53	23731	59.801.557,68
Prefeitura Municipal de Coroaci - MG	53	9991	33.790.395,35
Prefeitura Municipal de Coronel Murta - MG	53	9222	24.471.324,09
Prefeitura Municipal de Córrego Danta - MG	53	3215	19.727.791,97
Prefeitura Municipal de Córrego do Bom Jesus - MG	53	3704	16.083.257,68
Prefeitura Municipal de Crisólita - MG	53	6704	21.106.732,77
Prefeitura Municipal de Cristais - MG	53	12798	41.162.739,11
Prefeitura Municipal de Cristina - MG	53	10242	29.694.362,35
Prefeitura Municipal de Cuparaque - MG	53	4982	19.984.151,17
Prefeitura Municipal de Descoberto - MG	53	5013	21.546.386,56
Prefeitura Municipal de Diamantina - MG	53	47723	207.079.997,20
Prefeitura Municipal de Divino das Laranjeiras - MG	53	4979	17.842.782,07
Prefeitura Municipal de Divisópolis - MG	53	11019	26.823.892,73
Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá - MG	53	13483	45.276.735,87
Prefeitura Municipal de Elói Mendes - MG	53	28076	74.852.237,59
Prefeitura Municipal de Espera Feliz - MG	53	24951	70.074.716,08
Prefeitura Municipal de Eugênioópolis - MG	53	11275	29.021.713,26

Prefeitura Municipal de Fama - MG	53	2377	14.412.532,48
Prefeitura Municipal de Faria Lemos - MG	53	3241	15.011.769,78
Prefeitura Municipal de Felixlândia - MG	53	15336	51.691.205,71
Prefeitura Municipal de Fernandes Tourinho - MG	53	3431	15.801.272,91
Prefeitura Municipal de Ferros - MG	53	9820	24.816.511,64
Prefeitura Municipal de Fortaleza de Minas - MG	53	4412	19.911.959,57
Prefeitura Municipal de Francisco Badaró - MG	53	10332	24.465.599,41
Prefeitura Municipal de Francisco Dumont - MG	53	5215	24.782.241,00
Prefeitura Municipal de Francisco Sá - MG	53	26277	75.841.908,40
Prefeitura Municipal de Funilândia - MG	53	4349	20.894.566,21
Prefeitura Municipal de Glaucilândia - MG	53	3150	14.961.529,98
Prefeitura Municipal de Goiabeira - MG	53	3353	17.711.734,01
Prefeitura Municipal de Gonzaga - MG	53	6158	21.215.857,36
Prefeitura Municipal de Grão Mogol - MG	53	15836	52.179.502,01
Prefeitura Municipal de Guaxupé - MG	53	51917	172.101.667,30
Prefeitura Municipal de Ibirité - MG	53	180204	461.975.426,62
Prefeitura Municipal de Igaratinga - MG	53	10860	41.712.870,08
Prefeitura Municipal de Iguatama - MG	53	7947	29.942.029,26
Prefeitura Municipal de Ilícinea - MG	53	12375	35.466.292,42
Prefeitura Municipal de Inhaúma - MG	53	6271	25.011.309,12
Prefeitura Municipal de Itajubá - MG	53	96869	332.242.756,90
Prefeitura Municipal de Itambacuri - MG	53	23211	71.180.598,13
Prefeitura Municipal de Itambé do Mato Dentro - MG	53	2081	15.163.986,54
Prefeitura Municipal de Itaú de Minas - MG	53	16108	52.920.094,60
Prefeitura Municipal de Januária - MG	53	67742	143.804.083,46
Prefeitura Municipal de Joanésia - MG	53	4573	18.098.884,22
Prefeitura Municipal de Josenópolis - MG	53	4867	18.029.382,67
Prefeitura Municipal de Ladainha - MG	53	18111	43.394.930,97
Prefeitura Municipal de Lambari - MG	53	20814	61.275.957,22
Prefeitura Municipal de Lontra - MG	53	9661	25.958.494,05
Prefeitura Municipal de Manhuaçu - MG	53	90229	273.313.782,55
Prefeitura Municipal de Mathias Lobato - MG	53	3203	17.944.756,10
Prefeitura Municipal de Minas Novas - MG	53	31484	75.820.976,01
Prefeitura Municipal de Mirai - MG	53	15014	39.559.525,40
Prefeitura Municipal de Miravânia - MG	53	4888	17.617.105,02
Prefeitura Municipal de Montalvânia - MG	53	14877	35.133.872,90
Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG	53	47809	141.380.097,94
Prefeitura Municipal de Monte Formoso - MG	53	4906	18.549.724,98
Prefeitura Municipal de Morada Nova de Minas - MG	53	8863	52.222.587,18
Prefeitura Municipal de Nacip Raydan - MG	53	3220	14.882.601,53
Prefeitura Municipal de Nepomuceno - MG	53	26769	68.589.365,12
Prefeitura Municipal de Nova Era - MG	53	17578	62.253.987,92
Prefeitura Municipal de Onça de Pitangui - MG	53	3148	19.879.586,79
Prefeitura Municipal de Paineiras - MG	53	4486	21.957.489,14
Prefeitura Municipal de Palmópolis - MG	53	5507	19.746.489,28

Prefeitura Municipal de Patrocínio - MG	53	90757	366.573.870,76
Prefeitura Municipal de Peçanha - MG	53	17541	47.810.951,78
Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo - MG	53	64258	173.559.673,17
Prefeitura Municipal de Perdizes - MG	53	16168	90.410.529,19
Prefeitura Municipal de Periquito - MG	53	6810	30.563.379,79
Prefeitura Municipal de Pintópolis - MG	53	7507	23.414.263,37
Prefeitura Municipal de Pirapetinga - MG	53	10752	34.753.639,77
Prefeitura Municipal de Piraúba - MG	53	10787	31.728.431,70
Prefeitura Municipal de Porteirinha - MG	53	37906	90.506.012,17
Prefeitura Municipal de Prata - MG	53	27856	92.197.895,54
Prefeitura Municipal de Presidente Olegário - MG	53	19573	71.202.271,70
Prefeitura Municipal de Quartel Geral - MG	53	3563	21.138.214,70
Prefeitura Municipal de Recreio - MG	53	10517	29.372.435,39
Prefeitura Municipal de Rio Manso - MG	53	5832	19.124.364,91
Prefeitura Municipal de Rio Preto - MG	53	5476	19.839.363,54
Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Tugúrio - MG	53	4430	17.811.929,15
Prefeitura Municipal de Santa Fé de Minas - MG	53	3846	18.480.480,63
Prefeitura Municipal de Santa Juliana - MG	53	14003	73.452.693,35
Prefeitura Municipal de Santa Maria de Itabira - MG	53	10847	34.757.434,53
Prefeitura Municipal de Santana do Deserto - MG	53	3976	18.186.995,98
Prefeitura Municipal de Santana do Riacho - MG	53	4295	20.789.008,42
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte - MG	53	28243	99.478.561,17
Prefeitura Municipal de Santos Dumont - MG	53	46487	111.385.769,17
Prefeitura Municipal de São Bento Abade - MG	53	5286	18.718.007,07
Prefeitura Municipal de São Domingos do Prata - MG	53	17359	51.591.437,62
Prefeitura Municipal de São Félix de Minas - MG	53	3369	24.035.126,84
Prefeitura Municipal de São Francisco - MG	53	56323	145.842.599,65
Prefeitura Municipal de São João das Missões - MG	53	13014	32.453.212,28
Prefeitura Municipal de São João Evangelista - MG	53	15774	42.544.392,64
Prefeitura Municipal de São José da Lapa - MG	53	23766	73.856.157,35
Prefeitura Municipal de São José do Jacuri - MG	53	6453	21.804.201,14
Prefeitura Municipal de São Pedro do Suaçuí - MG	53	5246	18.743.469,17
Prefeitura Municipal de São Pedro dos Ferros - MG	53	7781	22.410.593,84
Prefeitura Municipal de São Roque de Minas - MG	53	7051	29.956.312,87
Prefeitura Municipal de São Sebastião do Oeste - MG	53	6775	40.454.717,79
Prefeitura Municipal de São Sebastião do Rio Preto - MG	53	1506	12.724.536,66
Prefeitura Municipal de Sarzedo - MG	53	32752	144.164.561,44
Prefeitura Municipal de Senador Modestino Gonçalves - MG	53	4156	17.601.687,89
Prefeitura Municipal de Seritinga - MG	53	1851	14.109.923,36
Prefeitura Municipal de Serra do Salitre - MG	53	11582	67.301.415,12
Prefeitura Municipal de Serrania - MG	53	7669	23.897.695,85
Prefeitura Municipal de Serranos - MG	53	1963	15.697.933,33
Prefeitura Municipal de Sete Lagoas - MG	53	239639	781.570.595,70
Prefeitura Municipal de Setubinha - MG	53	12258	25.820.223,55
Prefeitura Municipal de Taiobeiras - MG	53	34132	108.548.917,22

Prefeitura Municipal de Tapiraí - MG	53	1875	14.431.825,11
Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni - MG	53	140592	452.889.147,92
Prefeitura Municipal de Tiradentes - MG	53	7981	25.456.577,28
Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Rio Pardo - MG	53	5007	18.716.120,48
Prefeitura Municipal de Veríssimo - MG	53	3999	23.701.887,84
Prefeitura Municipal de Virgínia - MG	53	8674	24.356.748,67
Prefeitura Municipal de Virginópolis - MG	53	10510	34.404.078,29
Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados - MG	47	6989	26.225.277,61
Prefeitura Municipal de Abaeté - MG	47	23237	62.479.668,29
Prefeitura Municipal de Abre Campo - MG	47	13454	41.662.821,38
Prefeitura Municipal de Águas Formosas - MG	47	19207	54.993.907,12
Prefeitura Municipal de Alagoa - MG	47	2674	18.594.564,73
Prefeitura Municipal de Alfredo Vasconcelos - MG	47	6907	20.162.306,04
Prefeitura Municipal de Alto Rio Doce - MG	47	11000	29.101.748,38
Prefeitura Municipal de Amparo do Serra - MG	47	4713	16.714.174,27
Prefeitura Municipal de Antônio Dias - MG	47	9318	42.826.330,27
Prefeitura Municipal de Araçuaí - MG	47	36708	88.107.542,19
Prefeitura Municipal de Araporã - MG	47	6869	122.796.135,18
Prefeitura Municipal de Belo Oriente - MG	47	26700	119.125.183,41
Prefeitura Municipal de Berizal - MG	47	4735	20.298.373,07
Prefeitura Municipal de Biquinhas - MG	47	2515	17.422.223,26
Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas - MG	47	6474	23.726.990,54
Prefeitura Municipal de Brazópolis - MG	47	14459	40.435.048,92
Prefeitura Municipal de Buritis - MG	47	24841	98.143.180,73
Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada - MG	47	2692	31.020.284,90
Prefeitura Municipal de Caiana - MG	47	5496	21.939.162,40
Prefeitura Municipal de Campina Verde - MG	47	19745	57.422.442,01
Prefeitura Municipal de Candeias - MG	47	14886	45.346.259,35
Prefeitura Municipal de Capim Branco - MG	47	9754	23.695.352,71
Prefeitura Municipal de Capitão Andrade - MG	47	5468	21.164.197,27
Prefeitura Municipal de Capitão Enéas - MG	47	15234	42.308.817,05
Prefeitura Municipal de Carbonita - MG	47	9405	31.252.709,73
Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Claro - MG	47	21225	65.185.432,13
Prefeitura Municipal de Carvalhos - MG	47	4478	16.639.643,08
Prefeitura Municipal de Claro dos Poções - MG	47	7551	26.779.440,66
Prefeitura Municipal de Coimbra - MG	47	7556	26.038.606,66
Prefeitura Municipal de Conceição da Aparecida - MG	47	10292	32.304.141,96
Prefeitura Municipal de Congonhas do Norte - MG	47	5045	15.978.769,00
Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete - MG	47	128589	298.201.487,12
Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena - MG	47	22921	65.356.951,75
Prefeitura Municipal de Coromandel - MG	47	27974	99.911.330,89
Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano - MG	47	109855	280.043.234,00
Prefeitura Municipal de Coronel Pacheco - MG	47	3086	15.127.041,23
Prefeitura Municipal de Cristália - MG	47	5971	20.923.650,66
Prefeitura Municipal de Divinolândia de Minas - MG	47	7571	22.964.948,29

Prefeitura Municipal de Dom Bosco - MG	47	3677	17.408.810,76
Prefeitura Municipal de Dom Silvério - MG	47	5237	18.534.075,93
Prefeitura Municipal de Dona Eusébia - MG	47	6572	23.214.748,40
Prefeitura Municipal de Engenheiro Caldas - MG	47	11134	36.070.971,30
Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Dourado - MG	47	4692	23.021.077,44
Prefeitura Municipal de Felisburgo - MG	47	7457	26.964.924,79
Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas - MG	47	2947	19.347.834,09
Prefeitura Municipal de Fronteira - MG	47	18103	72.168.081,63
Prefeitura Municipal de Galiléia - MG	47	6817	23.014.101,75
Prefeitura Municipal de Goianá - MG	47	3966	17.307.935,36
Prefeitura Municipal de Grupiara - MG	47	1388	20.559.351,38
Prefeitura Municipal de Guimarânia - MG	47	8039	30.406.876,04
Prefeitura Municipal de Gurinhatã - MG	47	5639	30.866.260,93
Prefeitura Municipal de Ibiracatu - MG	47	5400	20.167.464,44
Prefeitura Municipal de Igarapé - MG	47	43045	131.793.111,37
Prefeitura Municipal de Ijaci - MG	47	6550	28.043.523,60
Prefeitura Municipal de Ipatinga - MG	47	263410	923.279.888,61
Prefeitura Municipal de Ipiaçu - MG	47	4221	31.283.279,08
Prefeitura Municipal de Itabirinha - MG	47	11512	33.678.428,16
Prefeitura Municipal de Itacambira - MG	47	5385	18.841.809,84
Prefeitura Municipal de Itamonte - MG	47	15579	55.015.531,51
Prefeitura Municipal de Itanhandu - MG	47	15331	64.332.128,79
Prefeitura Municipal de Itaobim - MG	47	21062	65.333.937,27
Prefeitura Municipal de Itapeçerica - MG	47	21762	51.095.822,27
Prefeitura Municipal de Itapeva - MG	47	9783	52.632.403,37
Prefeitura Municipal de Itueta - MG	47	6051	25.387.036,08
Prefeitura Municipal de Jaboticatubas - MG	47	20143	59.017.187,59
Prefeitura Municipal de Jampruca - MG	47	5404	22.965.489,17
Prefeitura Municipal de Japonvar - MG	47	7969	28.470.150,37
Prefeitura Municipal de Jequitibá - MG	47	5211	22.677.322,97
Prefeitura Municipal de Jesuânia - MG	47	4787	16.686.705,03
Prefeitura Municipal de José Gonçalves de Minas - MG	47	4501	17.876.358,48
Prefeitura Municipal de José Raydan - MG	47	4995	17.523.486,04
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora - MG	47	568873	2.028.265.809,49
Prefeitura Municipal de Lagoa dos Patos - MG	47	4102	18.483.115,43
Prefeitura Municipal de Luislândia - MG	47	6699	19.268.931,93
Prefeitura Municipal de Mantena - MG	47	27644	93.814.561,32
Prefeitura Municipal de Maravilhas - MG	47	7976	23.821.173,68
Prefeitura Municipal de Maripá de Minas - MG	47	2973	25.392.845,55
Prefeitura Municipal de Mateus Leme - MG	47	31086	96.134.673,91
Prefeitura Municipal de Mesquita - MG	47	5605	19.644.332,60
Prefeitura Municipal de Moeda - MG	47	4919	20.472.553,95
Prefeitura Municipal de Monjolos - MG	47	2220	14.726.656,99
Prefeitura Municipal de Morro da Garça - MG	47	2462	16.656.723,91
Prefeitura Municipal de Morro do Pilar - MG	47	3182	19.977.256,87

Prefeitura Municipal de Ninheira - MG	47	10295	27.892.491,09
Prefeitura Municipal de Olaria - MG	47	1747	20.202.125,63
Prefeitura Municipal de Oratórios - MG	47	4655	20.884.955,10
Prefeitura Municipal de Orizânia - MG	47	8018	24.075.943,57
Prefeitura Municipal de Passa-Vinte - MG	47	2039	13.139.825,35
Prefeitura Municipal de Paula Cândido - MG	47	9571	26.864.183,46
Prefeitura Municipal de Pedrinópolis - MG	47	3635	25.799.534,31
Prefeitura Municipal de Pequi - MG	47	4406	20.171.671,98
Prefeitura Municipal de Pescador - MG	47	4252	18.759.698,78
Prefeitura Municipal de Pirajuba - MG	47	6199	35.775.691,16
Prefeitura Municipal de Piranguçu - MG	47	5472	18.139.757,92
Prefeitura Municipal de Piranguinho - MG	47	8596	25.864.895,70
Prefeitura Municipal de Ponto Chique - MG	47	4261	18.717.595,43
Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes - MG	47	12121	36.612.060,03
Prefeitura Municipal de Pouso Alto - MG	47	5940	25.458.813,38
Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino - MG	47	3641	19.296.775,09
Prefeitura Municipal de Resplendor - MG	47	17397	56.821.233,11
Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves - MG	47	334858	551.701.331,43
Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho - MG	47	4033	17.176.736,15
Prefeitura Municipal de Rio Doce - MG	47	2610	20.145.995,58
Prefeitura Municipal de Rio Espera - MG	47	5474	18.055.612,16
Prefeitura Municipal de Rodeiro - MG	47	8109	27.052.403,19
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado - MG	47	4758	20.889.227,53
Prefeitura Municipal de Santa Luzia - MG	47	219134	514.639.913,83
Prefeitura Municipal de Santa Margarida - MG	47	16208	41.294.219,43
Prefeitura Municipal de Santa Maria do Salto - MG	47	5232	17.367.901,63
Prefeitura Municipal de Santa Maria do Suaçuí - MG	47	14615	34.769.563,67
Prefeitura Municipal de Santa Rita de Jacutinga - MG	47	4884	20.932.950,87
Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra - MG	47	3350	18.019.681,41
Prefeitura Municipal de Santa Vitória - MG	47	19742	141.518.235,27
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé - MG	47	3838	17.259.736,75
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Rio Abaixo - MG	47	1765	13.871.009,83
Prefeitura Municipal de São Francisco de Sales - MG	47	6238	34.628.863,85
Prefeitura Municipal de São Geraldo da Piedade - MG	47	3962	17.030.790,54
Prefeitura Municipal de São Geraldo do Baixio - MG	47	4012	17.055.885,08
Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Abaeté - MG	47	8389	29.411.709,79
Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Sapucaí - MG	47	25449	68.093.796,44
Prefeitura Municipal de São João Batista do Glória - MG	47	7453	36.545.581,66
Prefeitura Municipal de São João da Mata - MG	47	2749	16.125.971,83
Prefeitura Municipal de São João da Ponte - MG	47	25165	71.872.274,81
Prefeitura Municipal de São João do Manteninha - MG	47	5859	20.140.349,23
Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MG	47	23618	55.255.064,67
Prefeitura Municipal de São José da Safira - MG	47	4268	19.095.785,65
Prefeitura Municipal de São José da Varginha - MG	47	5004	19.450.825,68
Prefeitura Municipal de São José do Divino - MG	47	3860	19.009.641,17

Prefeitura Municipal de São Sebastião da Vargem Alegre - MG	47	3007	25.338.983,85
Prefeitura Municipal de São Sebastião do Maranhão - MG	47	10044	23.631.242,67
Prefeitura Municipal de São Sebastião do Rio Verde - MG	47	2241	14.622.274,38
Prefeitura Municipal de Sardoá - MG	47	6300	18.391.222,12
Prefeitura Municipal de Senhora do Porto - MG	47	3523	16.281.777,37
Prefeitura Municipal de Serro - MG	47	20966	49.644.147,42
Prefeitura Municipal de Taquaraçu de Minas - MG	47	4077	19.322.491,85
Prefeitura Municipal de Toledo - MG	47	6258	23.320.074,20
Prefeitura Municipal de Tumiritinga - MG	47	6732	26.465.342,78
Prefeitura Municipal de União de Minas - MG	47	4304	21.679.634,49
Prefeitura Municipal de Urucuia - MG	47	16865	45.534.058,78
Prefeitura Municipal de Vargem Alegre - MG	47	6480	23.734.597,26
Prefeitura Municipal de Varzelândia - MG	47	19320	49.949.499,12
Prefeitura Municipal de Volta Grande - MG	47	5252	21.444.140,03
Prefeitura Municipal de Wenceslau Braz - MG	47	2552	13.589.031,33
Prefeitura Municipal de Água Comprida - MG	40	1999	21.069.150,06
Prefeitura Municipal de Alterosa - MG	40	14466	41.367.137,13
Prefeitura Municipal de Alto Caparaó - MG	40	5847	20.387.373,98
Prefeitura Municipal de Alvarenga - MG	40	3907	19.120.509,32
Prefeitura Municipal de Araçaí - MG	40	2347	15.532.288,93
Prefeitura Municipal de Bertópolis - MG	40	4604	17.937.052,07
Prefeitura Municipal de Bonfim - MG	40	6868	23.094.298,27
Prefeitura Municipal de Botelhos - MG	40	14971	41.500.725,79
Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata - MG	40	3603	16.692.049,45
Prefeitura Municipal de Cambuquira - MG	40	12814	35.246.475,24
Prefeitura Municipal de Capinópolis - MG	40	16173	66.535.457,62
Prefeitura Municipal de Cedro do Abaeté - MG	40	1164	14.119.626,21
Prefeitura Municipal de Centralina - MG	40	10350	33.989.238,98
Prefeitura Municipal de Chalé - MG	40	5704	20.170.010,70
Prefeitura Municipal de Chapada do Norte - MG	40	15356	35.111.769,84
Prefeitura Municipal de Comercinho - MG	40	6929	22.366.069,18
Prefeitura Municipal de Conceição das Pedras - MG	40	2812	14.578.253,42
Prefeitura Municipal de Cordisburgo - MG	40	8890	21.825.878,20
Prefeitura Municipal de Delfim Moreira - MG	40	8025	21.887.352,45
Prefeitura Municipal de Delta - MG	40	10533	41.526.995,85
Prefeitura Municipal de Doresópolis - MG	40	1527	15.365.368,11
Prefeitura Municipal de Douradoquara - MG	40	1908	17.657.325,49
Prefeitura Municipal de Estrela do Sul - MG	40	7978	41.684.099,48
Prefeitura Municipal de Florestal - MG	40	7461	28.249.634,26
Prefeitura Municipal de Formoso - MG	40	9562	30.853.996,41
Prefeitura Municipal de Frei Inocência - MG	40	9611	26.358.254,75
Prefeitura Municipal de Guaranésia - MG	40	19021	55.202.779,16
Prefeitura Municipal de Ibiaí - MG	40	8395	23.338.889,60
Prefeitura Municipal de Inimutaba - MG	40	7515	21.994.633,07

Prefeitura Municipal de Iturama - MG	40	39263	146.203.780,01
Prefeitura Municipal de Jequitaiá - MG	40	7531	21.726.012,21
Prefeitura Municipal de Joaquim Felício - MG	40	4695	21.076.934,76
Prefeitura Municipal de Juatuba - MG	40	26946	131.893.573,08
Prefeitura Municipal de Juvenília - MG	40	5724	20.895.167,79
Prefeitura Municipal de Lamim - MG	40	3391	14.788.358,14
Prefeitura Municipal de Laranjal - MG	40	6810	21.141.738,79
Prefeitura Municipal de Leandro Ferreira - MG	40	3229	18.015.515,64
Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste - MG	40	7536	41.616.977,68
Prefeitura Municipal de Machacalis - MG	40	7111	24.162.327,45
Prefeitura Municipal de Marilac - MG	40	4115	20.117.784,40
Prefeitura Municipal de Marliéria - MG	40	4039	21.569.358,94
Prefeitura Municipal de Matutina - MG	40	3749	17.903.434,11
Prefeitura Municipal de Minduri - MG	40	3894	20.539.838,39
Prefeitura Municipal de Mutum - MG	40	26979	62.430.418,12
Prefeitura Municipal de Nova Ponte - MG	40	15545	83.681.757,45
Prefeitura Municipal de Nova União - MG	40	5725	22.801.923,45
Prefeitura Municipal de Paulistas - MG	40	4830	20.618.664,56
Prefeitura Municipal de Pedralva - MG	40	11195	29.774.391,76
Prefeitura Municipal de Piedade dos Gerais - MG	40	4982	19.320.704,62
Prefeitura Municipal de Planura - MG	40	12133	51.676.688,51
Prefeitura Municipal de Pocrane - MG	40	8432	23.627.958,85
Prefeitura Municipal de Pratinha - MG	40	3603	26.129.286,46
Prefeitura Municipal de Rio Casca - MG	40	13564	43.634.350,85
Prefeitura Municipal de Romaria - MG	40	3533	22.970.788,73
Prefeitura Municipal de Rosário da Limeira - MG	40	4594	22.225.104,82
Prefeitura Municipal de Salinas - MG	40	41527	100.132.733,58
Prefeitura Municipal de Santa Efigênia de Minas - MG	40	4409	16.559.370,43
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Itueto - MG	40	5489	21.289.222,46
Prefeitura Municipal de Santana da Vargem - MG	40	7100	23.344.247,21
Prefeitura Municipal de Santana de Cataguases - MG	40	3872	18.277.937,30
Prefeitura Municipal de Santana do Jacaré - MG	40	4821	18.189.339,68
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Amparo - MG	40	18525	57.476.631,60
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aventureiro - MG	40	3602	15.806.998,13
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Gramma - MG	40	3911	20.269.491,23
Prefeitura Municipal de São Gotardo - MG	40	35469	101.729.413,77
Prefeitura Municipal de São Romão - MG	40	12337	33.609.254,51
Prefeitura Municipal de Serra da Saudade - MG	40	781	15.057.245,38
Prefeitura Municipal de Serra dos Aimorés - MG	40	8699	20.693.875,88
Prefeitura Municipal de Silvianópolis - MG	40	6238	20.676.127,81
Prefeitura Municipal de Tapira - MG	40	4773	49.490.739,04
Prefeitura Municipal de Virgolândia - MG	40	5380	19.464.116,72
Prefeitura Municipal de Canápolis - MG	33	12150	42.555.962,89
Prefeitura Municipal de Carneirinho - MG	33	10027	61.402.594,53
Prefeitura Municipal de Cruzeiro da Fortaleza - MG	33	3626	27.698.275,24

Prefeitura Municipal de Cruzília - MG	33	15417	44.046.552,81
Prefeitura Municipal de Dom Viçoso - MG	33	3001	14.168.376,69
Prefeitura Municipal de Dores do Turvo - MG	33	4259	18.287.455,32
Prefeitura Municipal de Espinosa - MG	33	31617	71.233.623,12
Prefeitura Municipal de Guaraciama - MG	33	4972	18.193.544,28
Prefeitura Municipal de Iraí de Minas - MG	33	6987	29.068.421,11
Prefeitura Municipal de Malacacheta - MG	33	18650	49.304.155,61
Prefeitura Municipal de Maria da Fé - MG	33	14095	39.936.499,32
Prefeitura Municipal de Mendes Pimentel - MG	33	6446	19.912.083,65
Prefeitura Municipal de Nova Belém - MG	33	3190	23.984.714,19
Prefeitura Municipal de Olhos-d'Água - MG	33	6096	24.492.326,81
Prefeitura Municipal de Papagaios - MG	33	15674	42.909.747,38
Prefeitura Municipal de Pedra do Indaiá - MG	33	3972	19.522.839,28
Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz - MG	33	12107	32.145.076,33
Prefeitura Municipal de Pequeri - MG	33	3320	17.510.200,55
Prefeitura Municipal de Porto Firme - MG	33	11279	26.118.083,57
Prefeitura Municipal de Raposos - MG	33	16354	45.240.609,65
Prefeitura Municipal de Santo Hipólito - MG	33	3087	15.317.846,90
Prefeitura Municipal de Senador Firmino - MG	33	7812	25.569.471,13
Prefeitura Municipal de Simão Pereira - MG	33	2615	19.104.858,03
Prefeitura Municipal de Tabuleiro - MG	33	3750	17.033.953,53
Prefeitura Municipal de Tupaciguara - MG	33	25327	102.721.794,18
Prefeitura Municipal de Varjão de Minas - MG	33	7036	28.656.108,19
Prefeitura Municipal de Aracitaba - MG	27	2063	13.539.879,70
Prefeitura Municipal de Bandeira do Sul - MG	27	5746	22.736.767,75
Prefeitura Municipal de Belmiro Braga - MG	27	3429	18.649.877,23
Prefeitura Municipal de Brás Pires - MG	27	4333	17.820.473,67
Prefeitura Municipal de Campo Florido - MG	27	8151	44.985.050,43
Prefeitura Municipal de Catas Altas da Noruega - MG	27	3641	15.362.550,85
Prefeitura Municipal de Consolação - MG	27	1783	13.851.862,41
Prefeitura Municipal de Crucilândia - MG	27	5034	25.018.799,64
Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá - MG	27	3500	20.236.331,56
Prefeitura Municipal de Fervedouro - MG	27	11006	31.062.744,00
Prefeitura Municipal de Franciscópolis - MG	27	5391	19.392.686,49
Prefeitura Municipal de Guidoal - MG	27	7078	22.424.762,73
Prefeitura Municipal de Indianópolis - MG	27	6891	48.548.696,73
Prefeitura Municipal de Marmelópolis - MG	27	2755	14.436.415,44
Prefeitura Municipal de Oliveira Fortes - MG	27	2133	14.304.723,27
Prefeitura Municipal de Passabém - MG	27	1649	18.030.418,90
Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes - MG	27	5369	19.100.253,95
Prefeitura Municipal de Aguanil - MG	20	4486	20.840.756,50
Prefeitura Municipal de Cana Verde - MG	20	5603	19.094.474,52
Prefeitura Municipal de Cascalho Rico - MG	20	3075	25.922.389,37
Prefeitura Municipal de Medeiros - MG	20	3802	21.568.865,43
Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Salinas - MG	20	4142	17.544.812,65

Prefeitura Municipal de Sobrália - MG	13	5553	22.339.758,68
Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - MG	13	2153	16.237.968,29

Fonte: Elaborado pela autora

Apêndice B - Produto Tecnológico

Este trabalho teve como produto tecnológico a criação do Índice de Qualidade da Informação Contábil (IQIC), desenvolvido com base na literatura e nas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A ferramenta desenvolvida contemplou tanto os estudos anteriores a respeito do tema como a normativa contábil, incluindo o Plano de Implantação dos Procedimentos Patrimoniais, obrigatório para todos os entes da Federação, municípios, estados e governo federal.

6. Objetivo

O objetivo da criação do IQIC é o desenvolvimento de um indicador que seja capaz de mensurar o nível de qualidade dos demonstrativos contábeis dos municípios mineiros e identificar a partir deste indicador os fatores que mais contribuem para explicar os níveis de qualidade encontrados.

7. Metodologia

A ferramenta é composta por um checklist que deve ser aplicado ao ente federativo que for avaliado.

Para cada item do checklist foi analisado as contas contábeis elencadas no PCASP (2020) da federação, obrigatório para todos os entes desde 2014 através da Portaria STN n° 634/2013 (Brasil, 2013). Apresentamos no Quadro 11 as contas que foram verificadas para cada indicador do checklist.

Quadro 12 - Contas do PCASP avaliadas

	Indicador	Conta Contábil avaliada
1	As contas contábeis apresentam natureza de saldos corretos?	Todas as contas de ativo e passivo conforme natureza de saldos do PCASP
2	Há saldo e movimentação na conta estoques?	Diferença de saldos entre os anos de 2020 e 2019 nas contas 1.1.5.0.0.00.00 e 1.2.1.4.0.00.00
3	Há registro de valores na conta bens móveis?	Saldos nas contas 1.2.3.1.1.00.00
4	Há registro de depreciação para bens móveis?	Saldo nas contas 1.2.3.8.1.01.00
5	Há registro de valores na conta bens imóveis?	Saldo nas contas 1.2.3.2.0.00.00
6	Há registro de depreciação para bens imóveis?	Saldo nas contas 1.2.3.8.1.02.00
7	Há registro de créditos previdenciários a receber?	Saldo nas contas 1.1.3.6.0.00.00, 1.2.1.1.1.06.00, 1.2.1.1.2.06.00, 1.2.1.1.3.06.00 e 1.2.1.1.5.06.00
8	Há movimentação nas contas de depreciação de bens móveis?	Diferença de saldos entre os anos de 2020 e 2019 nas contas 1.2.3.8.1.01.00
9	Há movimentação nas contas de depreciação de bens imóveis?	Diferença nos saldos entre os anos de 2020 e 2019 nas contas 1.2.3.8.1.02.00
10	Há saldo nas contas de créditos da receber?	Saldo nas contas 1.1.2.0.0.00.00, 1.1.3.0.0.00.00, 1.2.1.1.0.00.00 e 1.2.1.2.0.00.00
11	Há movimentação nas contas de dívida ativa?	Saldo nas contas 1.1.2.5.0.00.00, 1.1.2.6.0.00.00, 1.2.1.1.1.04.00, 1.2.1.1.1.05.00, 1.2.1.1.2.04.00, 1.2.1.1.2.05.00, 1.2.1.1.3.04.00, 1.2.1.1.3.05.00, 1.2.1.1.4.04.00, 1.2.1.1.5.04.00, 1.2.1.1.5.05.00,
12	Quando existe saldo de dívida ativa, há valor de ajuste para perdas?	Saldo nas contas 1.2.1.1.1.99.00, 1.2.1.1.2.99.00, 1.2.1.1.4.99.00, 1.2.1.1.5.99.00, 1.2.1.2.1.99.00
13	Há registro de provisões no passivo (exceto previdenciárias)?	Saldo nas contas 2.1.7.0.0.00.00, 2.2.7.1.0.00.00, 2.2.7.3.0.00.00, 2.2.7.4.0.00.00, 2.2.7.5.0.00.00, 2.2.7.7.0.00.00 e 2.2.7.9.0.00.00
14	Há registro de obrigações com fornecedores?	Saldo nas contas 2.1.3.0.0.00.00, 2.2.3.0.0.00.00
15	Há registro de obrigações decorrentes de benefícios com empregados (13º salário, férias, férias prêmio)?	Saldo nas contas 2.1.1.1.1.00.00, 2.2.1.1.1.00.00

Fonte: Elaborado pela autora

A métrica desenvolvida foi diminuir 1 ponto para cada município com resposta “não” do checklist.

A fim de obter meios de comparação entre os municípios, após essa primeira etapa, optou-se por aplicar o modelo de cálculo que padronize a pontuação do município, temos assim a Equação 1.

Equação 1 – Índice de Qualidade da Informação Contábil

$$IQIC_n = \frac{(15 + X_n)}{15} * 100$$

Onde:

$IQIC_n$ = Qualidade da informação contábil do município n

X_n = Soma da pontuação bruta obtida pelos municípios através do checklist

S = Pontuação máxima

As pontuações dos municípios foram armazenadas em planilha Excel, conforme apresentado no Quadro 12.

Quadro 13- Quadro de apuração da pontuação dos municípios

	Indicadores	Pontuação	IQIC
1	As contas contábeis apresentam natureza de saldos corretos?		
2	Há saldo e movimentação na conta estoques?		
3	Há registro de valores na conta bens móveis?		
4	Há registro de depreciação para bens móveis?		
5	Há registro de valores na conta bens imóveis?		
6	Há registro de depreciação para bens imóveis?		
7	Há registro de créditos previdenciários a receber?		
8	Há movimentação nas contas de depreciação de bens móveis?		
9	Há movimentação nas contas de depreciação de bens imóveis?		
10	Há saldo nas contas de créditos da receber?		
11	Há movimentação nas contas de dívida ativa?		
12	Quando existe saldo de dívida ativa, há valor de ajuste para perdas?		
13	Há movimentação de provisões no passivo (exceto previdenciárias)?		
14	Há registro de obrigações com fornecedores?		
15	Há registro de obrigações decorrentes de benefícios com empregados (13º salário, férias, férias prêmio)?		
Total apurado			

Fonte: Elaborado pela autora

8. Contribuições

O IQIC é uma ferramenta que permite avaliar quantitativamente, através dos indicadores utilizados, a qualidade da informação contábil dos municípios.

Esta pesquisa teve grande contribuição para a literatura por apresentar um método de avaliação da contabilidade pública que pode ser aplicado tanto para municípios de pequeno,

quanto de médio e grande porte, bem como para estados da Federação e governo federal. Através do índice será possível desenvolver rankings que podem ser utilizados nacionalmente e anualmente para avaliação dos aspectos patrimoniais da contabilidade pública, já que conforme identificou Camargos Junior (2023), a construção de rankings contribui para o aprimoramento da informação.

Os resultados obtidos com o IQIC podem subsidiar diversas pesquisas, como por exemplo, identificar os fatores que contribuem ou não para um IQIC maior, estabelecer um comparativo entre as capitais de diversos estados e mapear os assuntos que merecem mais atenção e que ainda estão deficitários de qualidade. Além disso, é possível estabelecer um comparativo com o Ranking de qualidade da informação da STN.